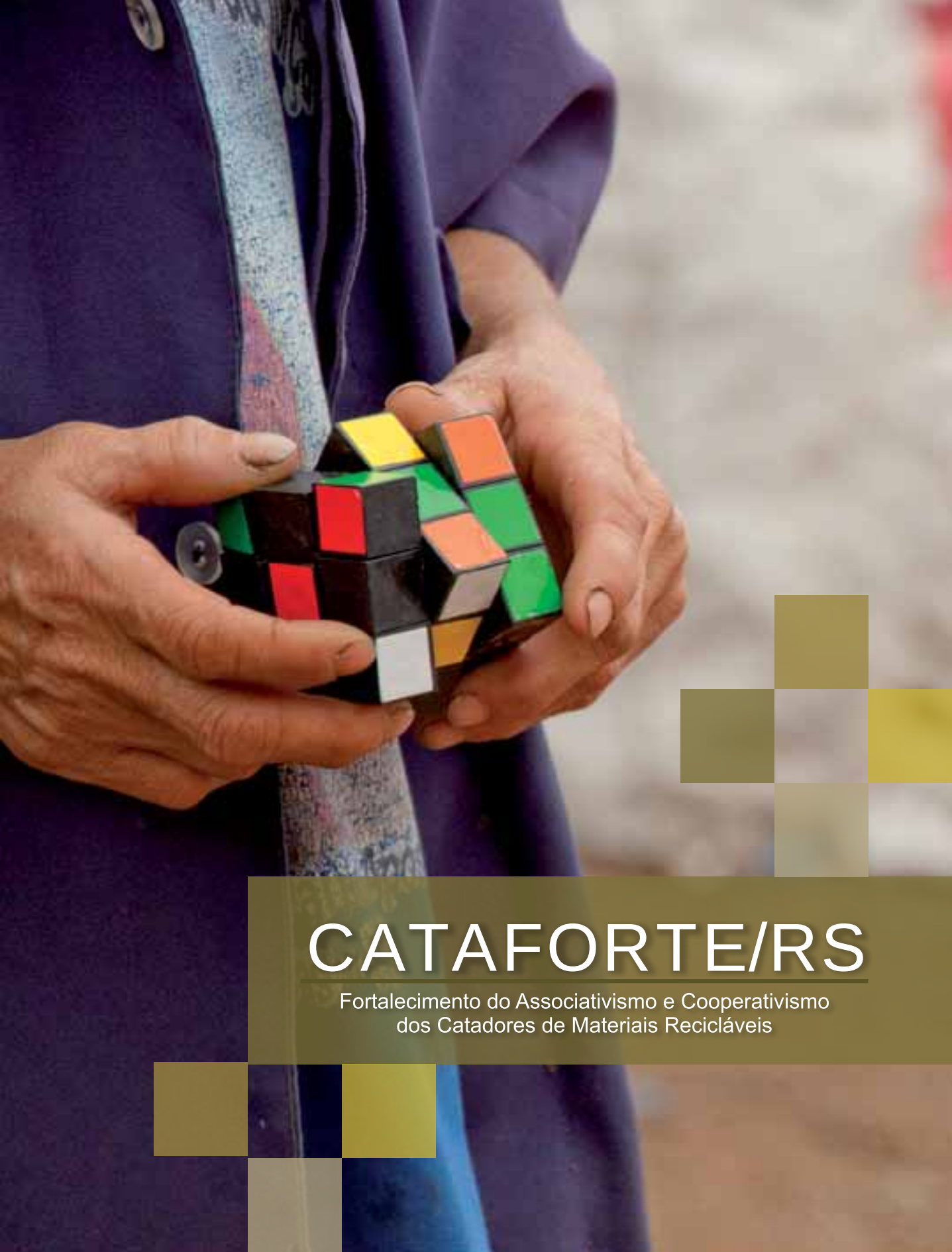


CATAFORTE/RS

Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo
dos Catadores de Materiais Recicláveis

CATAFORTE/RS

Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo
dos Catadores de Materiais Recicláveis

Angelique van Zeeland
Organizadora

2013

Expediente

Fundação Luterana de Diaconia
Rua Dr. Flores, 62/sala 901
Porto Alegre - RS - Brasil
CEP 90020-120
Telefone +55 51 3225 9066
www.fld.com.br

Coordenação da publicação:
Angelique van Zeeland/Fundação Luterana de Diaconia
Edição de textos e de fotos:
Susanne Buchweitz/Fundação Luterana de Diaconia
Fotos:
Trilha Cidadã - página 4
Paulino Menezes - páginas 67 e 68
Arquivo MNCR - página 80
Carlos Edler - capa e demais páginas
Projeto gráfico:
Lavoro Comunicação e Marketing

C357 CATAFORTE/RS: fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis / Organizadora Angelique van Zeeland -- São Leopoldo: Oikos, 2013. 80 p.: il. color. ; 19 x 25 cm.

ISBN 978-85-7843-306-2

1. Cooperativa - Reciclagem. 2. Catador - Material reciclável - Associação. 3. Catador - Material reciclável - Organização social. 4. Catador - Material reciclável - Qualificação. 5. Sistema público - Coleta seletiva. 6. Coleta seletiva solidária - Inclusão. I. Zeeland, Angelique van.

CDU 334.4:628.477.6

Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Apresentação

É com muita alegria que apresentamos esta sistematização do Projeto Cataforte no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se da partilha de uma bonita caminhada que teve início em 2010 e que tem gerado bons frutos no processo de organização de mais de mil catadoras e catadores de materiais recicláveis naquele estado.

O Projeto Cataforte é uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), além de dezenas de entidades parceiras nos diversos estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, esta parceria foi engrandecida com a Fundação Luterana de Diaconia (FLD).

Todas essas instituições e movimentos sociais têm em comum a compreensão de que a questão da inclusão dos catadores de materiais recicláveis apresenta-se hoje como um eixo estratégico para o poder público e a sociedade, possuindo implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas, relacionadas ao modelo de desenvolvimento predominante. Do ponto de vista social, envolve diretamente indivíduos que tiram seu sustento de um sistema de consumo do qual são, eles próprios, excluídos.

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de trabalhadoras e trabalhadores que se dedicam às atividades desta cadeia produtiva é de 400 a 600 mil, distribuídos principalmente nas áreas de coleta, triagem e classificação de materiais recicláveis, mas mais de 90% deste total ainda realiza as atividades de forma isolada, nos lixões e ruas dos municípios brasileiros.

Apesar dos recentes avanços, há ainda muito a ser feito para que as conquistas obtidas sejam efetivas e se reflitam na vida cotidiana de catadores e catadoras do Brasil. O encerramento dos

lixões até agosto de 2014, por exemplo, se ocorrer sem inclusão dos catadores organizados na implantação da coleta seletiva, será uma iniciativa excludente e, em breve, o número de pessoas em situação de pobreza extrema, no país, poderá aumentar.

Em relação aos catadores que já estão organizados em associações e cooperativas, principalmente nos grandes centros urbanos, é preciso apoiá-los para que possam se organizar em redes. Isso permitirá ampliar sua atuação e avançar em outros elos das cadeias produtivas, como o beneficiamento da matéria-prima coletada e triada ou, simplesmente, para aumentar o volume de material comercializado o que, em geral, já assegura um valor maior a ser pago pelo produto. Vale ressaltar também a questão da Logística Reversa como uma oportunidade de fomentar as organizações de catadores.

O Projeto Cataforte foi concebido exatamente com o objetivo de promover ações de capacitação, formação e assistência técnica, com vistas ao fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis e das formas de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Desde 2009, mais de 10.600 catadores e catadoras participaram do projeto em 19 estados da Federação, mais o Distrito Federal. Além da formação social, profissional, política e cultural dos catadores, o projeto proporcionou assistência técnica visando a formalização dos empreendimentos, a melhoria das condições de trabalho e de renda e o estímulo à formação de Redes de Cooperação.

Na segunda fase, a partir de 2010, foi concebido o Projeto Cataforte II – Logística Solidária, com a parceria entre a FBB, a Senaes/MTE, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é possibilitar a inserção competitiva das redes de cooperativas de materiais recicláveis nos sistemas públicos de coleta seletiva, bem como nos processos de logística reversa.

Para isso, o projeto proporcionou o fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações em rede com a aquisição de veículos e assistência técnica na elaboração e implantação de planos de logística, viabilizando o aumento de suas capacidades operacionais de coleta, transporte e comercialização.

Essa história de emancipação é aqui contada com o clima, as cores, as paisagens e, sobretudo, com o jeito de ser do povo lutador do Rio Grande do Sul. Mais do que um relato, aqui está a comprovação de que é possível, de que juntos podemos superar todas as formas de justiça e de opressão que historicamente vitimiza milhares de mulheres e homens, catadoras e catadores de materiais recicláveis.

A Equipe da Senaes

Formando para o trabalho em rede

Jorge Streit
Presidente da Fundação Banco do Brasil

A Fundação Banco do Brasil vem investindo na cadeia produtiva dos resíduos sólidos desde 2003. A partir de 2009, e em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego, instituiu o projeto Cataforte. Em sua primeira fase, o projeto visava capacitar e estimular os catadores de materiais recicláveis para atuação em redes associativas e cooperadas. No final do ano de 2010, deu-se início ao projeto Cataforte II – Logística Solidária, onde se privilegiou o fortalecimento das redes de comercialização, com foco na aquisição de veículos para a coleta e transporte de resíduos sólidos, acompanhada de assistência técnica para a elaboração de planos de logística para as redes de catadores e capacitação para lideranças.

No Rio Grande do Sul, a Fundação Luterana de Diaconia realizou cursos com mais de mil participantes, priorizando os processos de formação social, profissional, política e cultural dos catadores de material reciclável. Paralelamente, disponibilizou assistência técnica às organizações de catadores do estado e estimulou a formação de redes de comercialização entre os empreendimentos por meio do intercâmbio de experiências. No total foram atendidos 25 municípios, entre eles Porto Alegre, Caxias do Sul, Gravataí, São Leopoldo e Uruguaiana.

A Fundação Luterana de Diaconia tem contribuído para o desenvolvimento de um corpo técnico e qualificação dos processos de inclusão dos catadores, visando o seu empoderamento

e atuação autogestionária nas cooperativas e rede solidária.

Esta publicação detalha os resultados dos processos de formação e mobilização para os trabalhos em rede, apresenta as experiências de articulação da atuação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em parceria com o poder público local e em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também divulga os avanços obtidos na área de Gestão Comunitária de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva Solidária com a inclusão dos catadores do Rio Grande do Sul. Além disso, o livro ganha vida com fotos dos personagens que protagonizaram esta história. Boa leitura!

A cooperativa é um empreendimento de todas as pessoas

Aos 9 anos, André Garcia Mattos foi trabalhar no lixão da cidade de Arroio Grande. Quando tinha dinheiro para comer, ia na escola. Mais tarde, trabalhou na colheita de arroz e, depois disso, voltou para o lixão, mas sempre tentando buscar outras oportunidades. "Fiz cursos na área de mecânica, depois fui vendedor, frentista em um posto de gasolina e motorista de caminhão", contou André. "Como motorista, também trabalhei com a Varig, na área de logística, fazendo o transporte de medicamentos."

Mas com o pouco estudo, a competição por um lugar no mercado de trabalho fez com que André voltasse à catação. "Eu precisava trabalhar muito mais do que as outras pessoas, para provar que era tão bom quanto elas. Mesmo assim, chegou uma hora em que não encontrei mais nenhuma possibilidade."

Mudou-se para Jaguarão, com a primeira mulher e um filho, onde voltou a trabalhar na catação. Um companheiro propôs a criação de uma cooperativa de catadores. Isso foi em 2006. Hoje, a cooperativa é uma realidade e André é seu diretor presidente. "O nome do cargo é bonito, mas a maior parte do tempo significa tratar de questões burocráticas", brincou.

A cooperativa começou com 22 pessoas, todas vindas do lixão da cidade – que foi fechado pelo Ministério Público por questões técnicas. "Foi preciso aprender a separar melhor o material e a comercializar". Em 2010, tiveram a primeira experiência com o Cataforte. "Chegou um grupo de catadores do movimento (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis/MNCR), apertado em um carro, e a gente pensou – mas quem são e o que querem?"

A formação foi decisiva. "Ajudou a entender o que é e como trabalha uma cooperativa, uniu mais nosso grupo, nos ajudou a organizar o processo e a estruturar o galpão – separar o material desta forma, colocar uma mesa naquele espaço etc. – fazíamos tudo errado. Também aprendemos a lidar com determinadas

situações de tensão, e a produção acontece de forma mais tranquila. Outra coisa: os cooperados nos viam como patrões. Com a formação, entenderam que todos e todas têm o mesmo valor que o administrativo. É um empreendimento de todos. Se vai bem, todo mundo fica bem, se vai mal, todo mundo fica mal.

Em 2012, a Prefeitura Municipal de Jaguarão adotou a coleta seletiva. Além desta, a cooperativa de catadores cuida da limpeza urbana. Outros municípios já se mostraram interessados na experiência.

Foi show de bola termos o Cataforte. Nossa triagem melhorou, aumentamos a produção. Os moradores e moradoras da cidade nos veem com outros olhos. Temos que acreditar em nossos sonhos, e tocar para frente. Não é fácil, mas nem tudo pode ser fácil."

Aprendendo e vivendo cidadania

Alex Cardoso
Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do loteamento Cavalhada (Ascat), Porto Alegre (RS) | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR

O Cataforte deixou de ser apenas um projeto. Com esta afirmação, reconhecemos a importância desta ferramenta chamada Cataforte, que, para o seu funcionamento e implementação, exige articulação, mobilização, discussões, parcerias, organização e principalmente catadores e catadoras discutindo – isso mesmo, catadores e catadoras discutindo.

Se pensamos que isso é simples, precisamos retomar a memória dos trabalhadores. Vamos descobrir que, desde sempre, sua formação foi pura e simplesmente para servir: ao patrão, aos governos, às hierarquias – e nunca para entender, aprender e se organizar, buscando sua inclusão e evolução na sociedade.

Com os catadores e com as catadoras não é diferente. Há mais de seis décadas, temos tirado nossa subsistência trabalhando com os rejeitos da sociedade, denominados de lixo. Com o avanço da concentração de riqueza e, consequentemente, o aumento da pobreza de milhares de pessoas, muitas delas veem no lixo sua alternativa para sobreviver. No entanto, as circunstâncias deste trabalho têm piorado cada vez mais. Há muito preconceito, catadores são perseguidos e expulsos de seus locais de trabalho ou simplesmente não são reconhecidos por esta atividade tão digna e honrosa, a qual, todos sabemos, além de beneficiar os trabalhadores, beneficia de forma ampla toda a sociedade.

Muitos de nós, catadores, principalmente aqueles que se organizam, militam e fazem parte do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), temos investido muito tempo de nossas vidas para organizar e combater estas formas de exclusão. Com o passar dos anos, formamos um movimento forte e de grande expressão nacional e internacional. Atualmente, o MNCR é o maior movimento existente em espaços urbanos.

Uma das grandes conquistas que alcançamos foi o Cataforte. Para nós, ele deixou de ser um "projeto", pois aos poucos começou a fazer parte do cotidiano dos catadores e de vários atores sociais com quem temos trabalhado. Através da formação e capacitação, vários grupos e iniciativas se somaram na nossa caminhada, aumentando a força para vencer as desigualdades.

Conforme disse o catador de materiais recicláveis Fagner Jandrey, coordenador da Cooperativa dos Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul (Coomcat), no Rio Grande de Sul: "...com chuva ou com vento, não para o Movimento!". A declaração foi feita no primeiro dia do processo de coleta seletiva solidária em Santa Cruz do Sul, uma conquista dos e das catadores/as, que de-

pois de um longo processo, tiveram sua cooperativa contratada pela Prefeitura Municipal.

Esta contratação retrata a grande ferramenta Cataforte que temos em mãos, uma vez que Santa Cruz do Sul era um dos municípios gaúchos que mais restrições apresentavam ao trabalho dos catadores. A partir da formação de 50 catadores no Cataforte I, estes começaram a mobilizar os moradores do município, que compreenderam e abraçaram a proposta. A partir daí, começou-se um processo de discussão para que o Poder Municipal contratasse a cooperativa para a prestação de serviços. Isso veio a acontecer logo após o Cataforte II – programa de logística solidária, quando os integrantes da cooperativa tiveram formação em logística e conquistaram caminhões para a coleta dos materiais recicláveis.

No Rio Grande do Sul, através do Cataforte, vários catadores formadores e vários apoiadores técnicos têm formado mais de mil catadores, beneficiados diretamente pelo projeto. Indiretamente, são beneficiados mais de três mil catadores, vencendo preconceitos, mobilizando a sociedade e principalmente contribuindo para que os municípios reconheçam e valorizem o trabalho de catação.

Temos ainda um longo caminho pela frente. As dificuldades são muitas e os desafios são grandes, mas com ferramentas com esta, com a autogestão feita pelos catadores e principalmente com participação popular, vamos conseguir atingir nossos objetivos e garantir a inclusão dos catadores de materiais recicláveis.

Esses frutos existem graças a milhares de homens e mulheres que foram desafiados e ousaram vencer. Destaco aqui coordenação pedagógica do projeto, as equipes de formação, de apoio, de comunicação, jurídica e principalmente aos militantes catadores de materiais recicláveis. Em nome do MNCR, agradeço à Fundação Luterana de Diaconia, ao Senaes, à Fundação Banco do Brasil, à Petrobras, ao BNDES e ao Governo Federal pelo Cataforte. É triste pensar que muitas pessoas se ressentem pelo fortalecimento dos mais excluídos. No entanto, a inclusão dos catadores e das catadoras via Cataforte, longe de ser um susto para o Brasil, é um grande investimento, para todos brasileiros.

Que venham os desafios, pois estamos prontos para vencê-los.

Catadores/as são agentes de cidadania e de transformação

Carlos Gilberto Bock
Secretário Executivo da Fundação Luterana de Diaconia

Desde a sua criação, em 2000, a Fundação Luterana de Diaconia (FLD) apoia projetos de vida. Essa missão lhe foi incumbida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Ao longo da sua existência, através do seu Fundo de Projetos, a FLD apoiou mais de 25 projetos de organizações de catadores e de catadoras, em diversos estados do Brasil. Desses apoios pontuais nasceu a parceria entre a FLD e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A parceria resultou na atuação conjunta em grandes projetos, entre os quais o Cataforte, iniciado em 2010, e sua continuidade, o Logística Solidária. O interesse e o amparo da Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério de Trabalho e Emprego, Fundação Banco do Brasil, da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social garantiram o sucesso das duas iniciativas.

Todas as atividades buscaram fortalecer o protagonismo dos catadores – formando para a autogestão e autonomia. No total, participaram diretamente do projeto mais de 1.300 catadores e catadoras, e indiretamente, cerca de 3 mil catadores e catadoras, de 41 associações e cooperativas, de 25 cidades de várias regiões do Rio Grande do Sul.

Em conjunto, o MNCR e a FLD organizaram ações de formação, assistência técnica, mobilização, logística e gestão em todo o estado, além de incidência em políticas públicas, não esquecendo o repasse de caminhões para cooperativas e associações, para incrementar a coleta de materiais e sua comercialização.

A combinação desta série de ações, incluindo o atendimento na área de direitos sociais, foi e é fundamental para os avanços e a consolidação da cadeia produtiva de reciclagem. Entre os resultados, destacamos a parceria com o poder público local – com a implementação de coleta seletiva solidária –, a inclusão social e econômica, o aumento da renda dos catadores organizados e o combate à pobreza, além da construção da cidadania.

A atuação da FLD parte do protagonismo das organizações e grupos parceiros. Temos profundo respeito pelo trabalho do MNCR e nos sentimos honrados pela oportunidade de estarmos juntos em iniciativas como essa.

Da mesma forma, agradecemos o compromisso dos e das representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério de Trabalho e Emprego, Fundação Banco do Brasil, da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que nos acompanharam nesta caminhada.

A participação em projetos assim são oportunidades de aprendizagem e concretizam nossa missão de contribuir no fortalecimento de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, para combater a desigualdade.

Como desafio para o futuro, lembramos a necessidade da implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em âmbito nacional, estadual e municipal, o avanço para uma coleta seletiva solidária inclusiva e a erradicação da pobreza extrema entre os catadores e catadoras de materiais recicláveis.

A FLD é parceira junto com o MNCR e com as outras organizações para a realização destes desafios. Queremos animar a todos e a todas para que continuem buscando a superação dos obstáculos e trabalhem sempre de forma organizada para serem cada vez mais reconhecidos como agentes de cidadania e de transformação da sociedade.

Coleta seletiva abrange dimensões sociais e ambientais

Vera Beatriz Rambo
Assistente social e gerente do Programa Catavida

O trabalho de construção do Programa de Gestão Social de Resíduos – Catavida, teve início em 2009, a partir da demanda da comunidade que denunciava a situação de inúmeros catadores dormindo nas calçadas fazendo a guarda de seus materiais. Desde o início a equipe contou com a participação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que através da Fundação Luterana de Diaconia, a partir do projeto Cataforte incluiu Novo Hamburgo, no processo de Capacitação. Até ali, a cidade de Novo Hamburgo não tinha nenhuma ação na área da gestão de resíduos domésticos. A Prefeitura Municipal elegeu, então, a reciclagem como uma questão prioritária, pensando não apenas na vulnerabilidade do público a ser beneficiado, mas também em termos ambientais.

O modelo do Cataforte, que estava na sua primeira fase, serviu de inspiração. A Prefeitura Municipal, através das Secretarias de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Educação, após amplo debate, iniciou com abordagem e um levantamento junto aos/as catadores/as de rua e aos/as trabalhadores/as da Central de Reciclagem , com a participação do MNCR.

Os resultados mostraram a seguinte realidade: uma estimativa de mil catadores/as nas ruas; exposição dos/as catadores/as às variações climáticas, uma vez que utilizam a rua como espaço de trabalho e moradia; submissão dos catadores aos sucateiros, de quem se tornam reféns; processo de estigma social; atuação de forma individualizada; criação de lixões domésticos, que se constituem em grandes focos de proliferação de doenças; identificação de uma cooperativa fraudulenta na gestão da Central de Reciclagem com aproximadamente 50 trabalhadores vinculados; constatação de trabalho "escravo" junto à Central de Reciclagem.

A presença do MNCR oportunizou a construção de alternativas, como a possibilidade imediata de oferta de capacitação para 50 catadores através do Cataforte. Esta oferta viabilizou a imediata intervenção junto à central de reciclagem. Durante os quatro meses em que os catadores participaram da capacitação, a Prefeitura Municipal garantiu uma bolsa de R$ 300,00 mensais para suprir as necessidades mais imediatas dos catadores e suas famílias, durante a interrupção das atividades de produção, através da contratação.

Assim, por meio da parceria com o MNCR/FLD/Cataforte, surgiu o Programa Municipal de Gestão Social – Catavida, que vêm desenvolvendo projeto de capacitação com diferentes parceiros, alcançando o total de 203 catadores já certificados (com 80 horas de capacitação), com mais 50 em sala de aula.

Entre os impactos do programa de gestão social de resíduos estão a geração de postos de trabalho, a ampliação significativa da renda dos/as catadores/as, a redução do grau de vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis, a elevação do nível de qualificação profissional dos catadores, protagonismo da categoria enquanto organização voltada à cadeia produtiva, transição da informalidade para trabalho autônomo (cooperativismo), cobertura previdenciária, redução do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário, ampliação da quantidade de material triado (na unidade do bairro de Roselândia, foi de 37 toneladas/mês para 250 toneladas /mês), e implantação da Coleta Seletiva Solidária – CSS, com projeto piloto na área central da cidade, com a contratualização e consequente remuneração do trabalho de coleta e triagem pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo(este é um aspecto inovador).

O Programa Catavida culminou com a quebra de um paradigma socioeconômico, na medida em que promoveu os catadores de materiais recicláveis. Entre as lições aprendidas, destacamos a importância da elaboração e implementação da proposta sob o prisma da coletividade, envolvendo igualmente parceiros de execução e usuários. Contar com parceiros solidificados e de confiança também possibilita espaços de ricos debates que promovem a execução qualitativa das ações. Outra importante estratégia do projeto foi capacitação oferecida aos trabalhadores: além de proporcionar conhecimento e domínio de conteúdos específicos do processo de reciclagem, também fomentou a solidez do trabalho em grupo.

Gestão Comunitária de Resíduos Sólidos:

Coleta Seletiva Solidária com Inclusão de Catadores de Materiais Recicláveis

Angelique van Zeeland*
Assessora de Projetos da Fundação Luterana de Diaconia

O apoio continuado à organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis no estado do Rio Grande do Sul, através de pequenos projetos de estruturação e projetos de articulação, teve um impulso importante a partir de projetos em parceria com órgãos públicos, principalmente a partir do Projeto Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: formação para a autogestão, assistência técnica e mobilização no estado do Rio Grande do Sul (Cataforte/RS), iniciado no final de 2009. A combinação de formação e assistência técnica para associações e cooperativas levou os catadores a ter acesso a seus direitos e resultou no fortalecimento de suas organizações, articulação em rede e incidência em políticas públicas. Entre os resultados significativos deste processo encontram-se as novas formas de gestão de resíduos sólidos, de forma comunitária e compartilhada entre cooperativas e gestores públicos municipais. “Estamos mostrando um novo modelo de coleta seletiva, que é solidário e tem a participação dos catadores. Chegar aqui é uma vitória”, afirmou o catador Cassius Vinicius Crivello de Oliveira, da COOTRACAR em Gravataí, no ato de formação de 852 catadores e catadoras de materiais recicláveis em junho 2011.

Contexto de Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil

A reciclagem no Brasil gera um valor em torno de US$ 2 bilhões e evita a emissão de 10 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. A reciclagem de todos os materiais representa em torno de 0,3% do PIB. Mais de 500 mil pessoas trabalham na gestão de

* Conselheira do Conselho Estadual de Economia Solidária/RS, membro do Grupo de Assessoriapara Políticas e Práticas de Desenvolvimento da Aliança ACT, doutoranda emEconomia em Desenvolvimento/UFRGS.

resíduos sólidos e na reciclagem, sendo que a maior parte atua como catador individual, no mercado informal, em condições precárias, além de conquistar uma renda baixa e instável[1].

No Brasil há entre 400 e 600 mil catadores e catadoras de materiais recicláveis; em torno de 10% entre 40 e 60 mil participam de organizações coletivas, como associações e cooperativas. Estima-se que no Brasil existem ao menos 1.100 organizações coletivas de catadores. As regiões Sul e Sudeste do Brasil concentram a maior parte de catadores e de suas organizações[2].

Entre as organizações existe um alto grau de heterogeneidade, que podem ser caracterizados por quatro situações distintas. Na situação 1 e 2 encontram-se os grupos formalmente organizados em associações e cooperativas, com galpões próprios e com equipamentos. As primeiras têm capacidade de ampliar sua estrutura, absorver mais catadores e implantar unidades industriais de reciclagem, sendo consideradas importantes organizações para a inclusão social. As organizações que se encontram na segunda situação estão em uma fase intermediária, com falta de alguns equipamentos e necessitando reforço de infraestrutura para poder expandir a produção e ampliar a coleta. Os grupos que estão em fase de organização são classificados como situação 3, e contam com poucos equipamentos e não têm galpão próprio. Na última situação estão os grupos desorganizados, na situação de rua ou lixão, que não possuem nenhum equipamento e na qual os catadores e as catadoras trabalham em condições de extrema precariedade, para atravessadores. Dados de 2005 mostram que cerca de 30% das organizações do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) se encontravam nas primeiras duas situações, e 70% dos grupos têm pouco ou nenhuma estrutura e os catadores e as catadoras trabalham em estado de precariedade[3].

Referente ao perfil de catadores de materiais recicláveis, um estudo na Região Sul do Brasil, entre catadores organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho, apresenta os seguintes dados: a população é constituída em sua maioria por mulheres – aproximadamente 80% – a renda média se encontra abaixo do salário mínimo, em torno de R$ 420,00. Referente a escolaridade, o estudo apresenta que 9% não é alfabetizado, 34% se encontra na faixa de instrução de 1ª a 4ª série, 41% na faixa de 5ª a 8ª série e 16% na faixa do ensino médio[4].

Perfil de catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul

Durante a execução do Projeto Cataforte/RS foi realizado um diagnóstico, abrangendo 26 organizações e 1.225 catadores. As organizações formalizadas na sua maioria são constituídas como associações, respectivamente 70%; os outros 30% são cooperativas. A coordenação é feito majoritariamente por mulheres, respectivamente 75%. Uma grande parcela das organizações, 77%, existe há mais de cinco anos; 8% têm entre 3 e 5 anos; 11% foram constituídas há 1 a 3 anos; e somente 4% tem menos de 1 ano de existência.

A população de catadores ligada às organizações de catadores participantes do Projeto Cataforte/RS é composta na sua maioria por mulheres, respectivamente 68%. Referente à escolaridade: 15% não são alfabetizados; 61% encontram-se na faixa entre 1ª e 4ª série; 19%, entre 5ª e 8ª série, sendo que destes, 8% completaram o ensino fundamental; somente 5% ingressaram no ensino médio e destes 3% completaram o ensino médio. Comparado com os dados do Censo de 2010 (IBGE) o índice de analfabetismo entre este grupo de catadores está bem acima do índice nacional, correspondendo

1 UNEP – United Nations Environment Programme, Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers. UNEP, 2011. Disponível em http://www.unep.org/GreenEconomy, p. 26.

2 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores. Brasília: IPEA, 2012, (Comunicados do IPEA n. 145).

3 DAMÁSIO, J. coord. Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis – Relatório Final - GERI/UFBa – Centro de Estudos Socioambientais/PANGEA – MNCR – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2006, p. 78-83.

4 UFRGS, Estudo do perfil sócio-educacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto: MEC - FNDE/CATADORES, junho de 2010, p. 57-78.

em 2010 a 9,6% da população (de 15 anos ou mais de idade). Os níveis de educação também revelam o baixo nível de acesso e de frequência no sistema formal de educação, uma vez que somente 24% avançaram além da 4ª serie do ensino fundamental, e este índice cai para 5% de ingressantes no ensino médio. Através do projeto Cataforte, estes catadores tiverem acesso à formação e capacitação em áreas diversas, como o acesso a direitos sociais, o ciclo da cadeia produtiva dos materiais recicláveis – incluindo a coleta seletiva solidária, separação e classificação, beneficiamento e comercialização, planejamento, autogestão e cooperação em redes solidárias.

Em relação ao rendimento destes catadores, estima-se que em média houve um aumento de 33% na sua renda média mensal. Antes do projeto a renda média era em torno de R$ 415,00; durante o projeto a renda média alcançou em torno de R$ 540,00, correspondendo a aproximadamente um salário mínimo.

O diagnóstico aponta que em 50% dos empreendimentos os catadores são originários de lixões. Ainda em 2012, uma das organizações é integrada por catadores que trabalham acima do lixão. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem como uma de suas metas a erradicação dos lixões até agosto de 2014. O desafio e os esforços continuam para que esta meta seja cumprida, com a garantia da inclusão social de catadores através da coleta seletiva solidária.

Organização dos catadores e trabalho em rede

O processo de urbanização no Brasil nos anos ’60 e ’70 resultou no crescimento da economia informal. A partir dos anos ’80 surgem, nas grandes cidades, organizações da economia popular. As primeiras organizações de catadores de materiais recicláveis surgem nos anos ’80 e ’90, principalmente nas capitais, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, e nas cidades nas regiões metropolitanas, como Canoas e Gravataí, ambos no Rio Grande do Sul. A maioria destas organizações recebeu apoio solidário de pastorais e organizações sociais de fundos de pequenos projetos.

O Fundo de Projetos da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) apoiou mais de 25 projetos de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no período de 2000 até 2012, a maioria no estado do Rio Grande do Sul, mas também em Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. Estes apoios pontuais para projetos de estruturação, por exemplo, para aquisição de equipamentos e reforma do espaço, levaram a apoios continuados para projetos de articulação e mobilização. Desta forma, iniciaram-se dois processos de transformação, um social e organizativo e um produtivo e econômico, levando a um processo de aprendizagem, surgimento e fortalecimento de lideranças sociais, consolidação de grupos, formação de redes de intercâmbio, resultando, de um lado, em um aumento da viabilidade das organizações e aumento da renda de catadores, incluindo um número cada vez maior de catadores e, de outro lado, resultando na incidência em políticas públicas.

A organização de catadores e sua articulação e mobilização ocasionaram a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em 2001. Atualmente, o MNCR está presente em quase todos os estados do Brasil. Por meio das associações e cooperativas, são organizados milhares de catadores que atuam na coleta, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis. O MNCR e as organizações sociais têm se articulado para participar em espaços de incidência em políticas públicas. Em diversos estados funciona o Fórum de Lixo e Cidadania, que articula órgãos públicos, organizações sociais e organizações de catadores para discutir programas e políticas de apoio aos catadores. Em 2003 foi criado o Comitê Interministerial da Inclusão de Catadores de Lixo que depois foi renomeado como Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (Ciisc), atualmente coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A relação de confiança entre o MNCR e as organizações de apoio e a incidência em políticas públicas originaram projetos de formação de catadores e de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis. Estes projetos visam à inclusão social, econômica e produtiva dos catadores, à melhoria das condições de trabalho, o aumento da renda, o desenvolvimento local sustentável e a retirada dos catadores e suas famílias da pobreza.

No estado do Rio Grande do Sul, a FLD em parceria com o MNCR-RS e apoio de órgãos governamentais desenvolveu diversos projetos. O projeto Ações Integradas de Desenvolvimento Social

e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil, realizado em 2005, foi apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), junto à Organização de Auxílio Fraterno (OAF), de São Paulo (SP). Nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o projeto formou 467 catadores e criou 9 comitês regionais.Um total de 2.120 catadores foram atendidos, através de 63 grupos e 23 associações e cooperativas. No período de 2005 a 2007, o projeto Cadeia Produtiva de Reciclagem foi desenvolvido em 7 regiões do Rio Grande do Sul, através de um convênio com a Petrobras, visando incrementar a cadeia da reciclagem, estimular a atuação em rede de cooperação econômica, fomentar a geração de renda e minimizar o impacto ambiental. Foram organizados e equipados novos entrepostos e centrais de comercialização de materiais recicláveis, tornando os catadores independentes de atravessadores, ganhando autonomia e maior renda. O projeto acompanhou 2.000 catadores através de 40 grupos organizados.

Em 2010, iniciou-se o Projeto Cataforte/RS apoiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e pela Fundação Banco do Brasil (FBB). Em nível nacional mais de 10.600 catadores e catadoras, em 19 estados mais o Distrito Federal, participaram do projeto. No RS, na primeira etapa, em 2010 e 2011, 1.122 catadores e catadoras de materiais recicláveis participaram do processo de formação em áreas como direitos sociais, autogestão, economia solidária e políticas públicas; destes, 852 se formaram. A assistência técnica, voltada para as áreas de administração, contabilidade, gestão de processos produtivos, engenharia ambiental, assistência social e psicologia, além de assessoria jurídica, atendeu 34 organizações em 20 cidades. Para o fortalecimento das organizações de catadores e das redes de cooperação solidária foram desenvolvidas diversos manuais, como o Manual de Procedimentos Administrativos para Cooperativas, tratando de assuntos como cooperativismo, gestão democrática, contabilidade e previdência social, e um guia com orientações para a formalização de empreendimentos. Junto com a formação e a assistência técnica foi desenvolvido o Plano de Atuação em Rede, com o objetivo de constituição e fortalecimento de redes de cooperação entre organizações de catadores, buscando o avanço na cadeia produtiva de reciclagem, através de beneficia-

mento de materiais recicláveis e redes de comercialização e incidência em políticas públicas para a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis. Em 2012, foi dada continuidade através do projeto Cataforte II – Logística Solidária, com a parceria da Senaes/MTE e FBB, além da Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No Rio Grande do Sul, foram beneficiadas 4 redes compostas por 17 associações e cooperativas, atuando em 9 cidades. Nesta segunda etapa, a aquisição de veículos foi acompanhada por formação e assistência técnica em logística – com a elaboração de planos de logística – viabilizando à comercialização coletiva e a coleta seletiva solidária. Nas duas etapas participaram 1.300 catadores e catadores de 41 associações e cooperativas, e indiretamente foram beneficiados cerca de 3.000 catadores e catadoras de materiais recicláveis.

Gestão comunitária de resíduos sólidos

As informações e dados citados acima mostram que os catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas, articuladas pelo movimento nacional de catadores de materiais recicláveis (MNCR), estão se fortalecendo e incidindo em políticas públicas, além de criarem e incidirem na criação de novas instituições. Em dois de agosto de 2010, por meio de um processo participativo envolvendo o Governo Federal, as organizações da sociedade civil e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei n° 12.305/10). Pela PNRS, as associações e cooperativas de catadores são os atores prioritários na gestão de resíduos sólidos, principalmente na coleta seletiva. Nos últimos anos, cooperativas de catadores de materiais recicláveis têm estabelecidos contratos e convênios com o poder público municipal para a gestão comunitária de resíduos sólidos, principalmente referente à coleta seletiva solidária e a triagem dos materiais.

A prestação de serviços para o Poder Público Municipal se enquadra em um contexto no qual o papel do governo se deslocou de provedor de serviços para o papel de criação de um ambiente favorável, onde atores externos contribuem. Este contexto surgiu principalmente a partir dos anos ’90, dentro do modelo neoliberal e, em alguns casos, levou à privatização de serviços

essências, como a educação e o fornecimento de água. No caso de privatização, o poder público transfere toda a responsabilidade e o poder para o setor privado. No entanto, outro modelo de governança está surgindo, baseado em parcerias, onde o poder e a responsabilidade são compartilhadas. Dentro deste novo formato, encontra-se a governança policêntrica de sistemas econômicos complexos, que vão além do mercado e do governo, onde são criados arranjos institucionais diversos para governar bens públicos e bens comuns, principalmente recursos naturais. Estudos demonstram a eficácia na proteção de recursos naturais a partir da gestão de bens comuns por comunidades locais, em várias situações – ou seja, a gestão comunitária é mais eficaz que a gestão governamental. Nestes sistemas de governança se observam que há uma interação entre estratégias de aprendizagem, níveis de confiança entre os participantes, que são recíprocos, níveis de cooperação e benefícios para os participantes[5]. Neste novo modelo, o terceiro setor é um ator importante. As funções do governo são vistas como governança redistributiva, que considera as contribuições ou a cooperação de atores privados e atores da sociedade civil para o aprimoramento da qualidade e aumento da cobertura dos serviços e, ao mesmo tempo, tenta contribuir para a redução das desigualdades[6]. Neste contexto há um desafio para as associações e cooperativas de economia solidária, para se organizarem e se estruturarem, de forma que possam atender as demandas e exigências da prestação de serviços para o poder público.

A figura 1 demonstra como funcionava o Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem antes da PNRS e antes do Projeto Cataforte/RS, e como ainda funciona em muitos lugares. Os resíduos sólidos gerados pelo comércio e pelas comunidades, a partir de produtos resultantes da indústria de transformação, são colocados na rua. Estes resíduos são coletados por empresas contratadas pelo

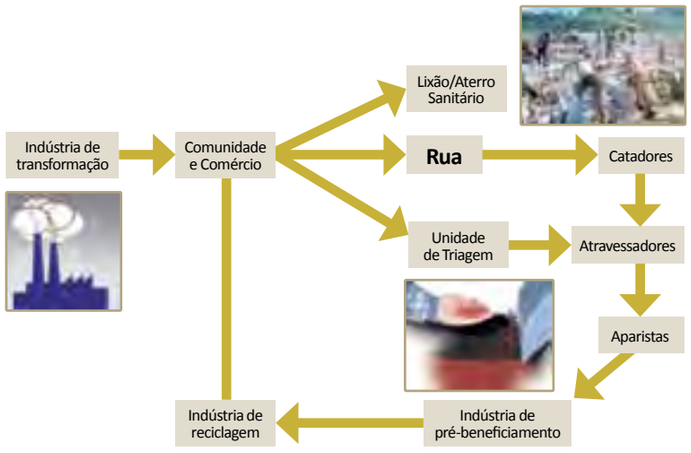
5 OSTROM, E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. American Economic Review, American Economic Association, v. 100, n. 3, p. 641-672, June 2010.

6 TURCOTTE, I.; GÓMEZ, G.M. Linking the poor to new modalities in service delivery: Partnership innovations in solid waste management in Bogotá, Colombia. Den Haag: Institute of Social Studies, 2012, (Working Paper, n. 548).

poder público municipal, que despejam os resíduos nos lixões ou nos aterros sanitários. No caso de coleta seletiva e parceria com galpões de reciclagem, o material reciclável é encaminhado para unidades de triagem. Ao mesmo tempo, uma parte dos resíduos é coletada pelos catadores de rua e também pelos catadores que catam em cima do lixão. Em seguida, os catadores vendem os materiais para os atravessadores, que revendem para os aparistas, depois para a indústria de pré-beneficiamento e por fim para a indústria de reciclagem. Embora uma boa parte do trabalho da reciclagem é feita pelos catadores, somente uma pequena parte dos rendimentos ficam com estes, enquanto os atravessadores, aparistas e a indústria ficam com grande parte dos lucros.

"Muitas vezes os catadores eram explorados, quem dava os carrinhos para catar era o ferro velho e cobrava aluguel, os catadores também eram obrigado a comprar no mercadinho do ferro velho, em muitos casos o atravessador ainda roubava no peso da balança, o ganho no final do mês não pagava o aluguel do carrinho, nem as compras, desta forma os catadores se encontravam em situação de semiescravidão." Alex Cardoso, ASCAT, Porto Alegre.

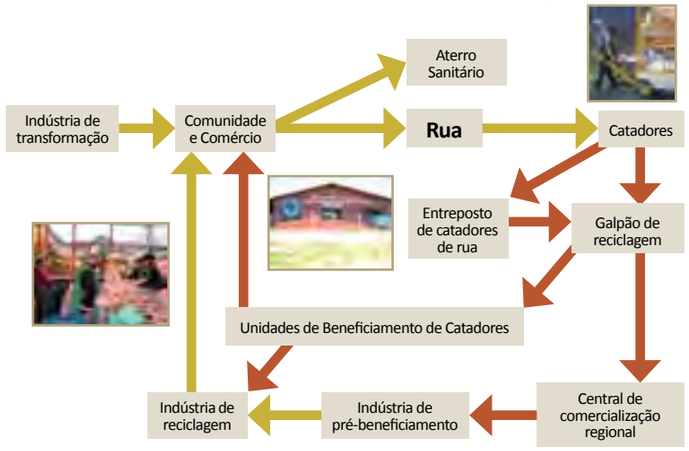
Figura 1: O Ciclo da Cadeia Produtiva da Reciclagem



Fonte: Material didático do Projeto Cataforte/RS, elaborado em parceria com o MNCR-RS, 2010.

A proposta do Projeto Cataforte/RS e da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) é voltada para a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, assumindo uma parte cada vez maior da cadeia produtiva de reciclagem, expandindo seus direitos, organizando mais catadores, melhorando as condições de trabalho e aumentando a renda. A PNRS prevê a extinção dos lixões até 2014, e para isso é necessário que os catadores que ainda trabalham em lixões sejam incluídos nas diversas etapas da cadeia produtiva de reciclagem e, principalmente, na Coleta Seletiva Solidária (CSS). A figura 2 mostra o avanço neste ciclo como proposto pelo MNCR. Cada vez mais municípios estão adotando a coleta seletiva. De acordo com a PNRS, até 2014 todos os municípios precisam elaborar um Plano Municipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos, implementando a coleta seletiva, prioritariamente em parceria com cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Neste ciclo, a coleta seletiva solidária é feita pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O material é coletado pelos catadores com carrinhos elétricos, carrinhos manuais e carroças, levados para os entrepostos, onde passam por uma primeira classificação. Após a pesagem, este é levado para o galpão de reciclagem. Já o material coletado através de caminhões das cooperativas é levado diretamente para o galpão de reciclagem. No galpão de reciclagem o material é triado, classificado, prensado e pesado. Uma central de comercialização regional recebe o material de vários galpões da região e vende o material reciclado em conjunto, diretamente para a indústria de pré-beneficiamento. Ao mesmo tempo, as cooperativas de catadores estão implementando unidades de beneficiamentos (por exemplo, de plástico), os produtos estão sendo vendidos para a indústria de reciclagem e alguns produtos podem ser vendidos diretamente para os consumidores. As cooperativas integram redes de cooperação solidária. Desta forma uma parte importante do ciclo da cadeia produtiva de reciclagem é organizado pelas cooperativas, incluindo uma grande parcela de catadores que trabalhavam individualmente e eram explorados pelos atravessadores, garantindo seus direitos sociais e aumentando a sua renda.

Figura 2: Estratégia para avançar no Ciclo da Cadeia Produtiva da Reciclagem

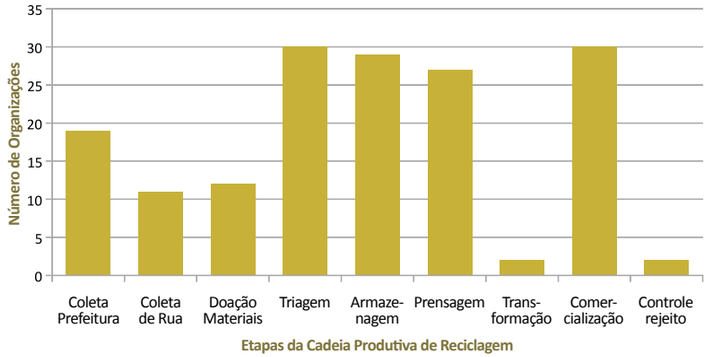


Fonte: Material didático Projeto Cataforte/RS, elaborado em parceria com o MNCR-RS, 2010-2012.

"Eu queria segurança econômica e moral. No ferro velho eu sabia que não tinha direitos. O dia que tem garantia, eu vou trabalhar na cooperativa. Passei na cooperativa, agora tenho direito a previdência social através do INSS. A cooperativa vem crescendo gradativamente. Minha renda aumentou em 90%. Várias vezes alcancei até dois salários mínimos. Foi maravilhosa, estou em casa, é uma outra família, uma extensão da minha familia." Loreci Vieira da Silva, Cootracar, Gravataí.

No Projeto Cataforte/RS foram atendidos diretamente 31 associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em 22 cidades gaúchas. Destas, 1 cooperativa foi constituída, porém ainda não está em funcionamento. A figura 3 mostra os dados das organizações participantes do Projeto Cataforte/RS. Com relação ao ciclo da cadeia produtiva de reciclagem, 19 recebem material proveniente de coleta feita pela prefeitura ou empresa contratada pela prefeitura, 11 organizações realizam a coleta de porta a porta e na rua feita por catadores e 12 recebem materiais de doação. Em relação à triagem, todas as organizações realizam a triagem do material, 29 armazenam os materiais triados antes da prensagem e 27 realizam a prensagem e estoque de fardos. Somente 2 organizações beneficiam o material, através de transformação do plástico. Somente 2 organizações realizam o controle e pesagem de rejeito. Todas organizações comercializam os materiais recicláveis.

Figura 3: Etapas da Cadeia Produtiva de Reciclagem de Organizações de Catadores do Projeto Cataforte RS 2012



Fonte: Projeto Cataforte/RS, 2012.

Para o avanço na área de implementação de políticas públicas de inclusão de catadores de materiais recicláveis, durante o Projeto Cataforte/RS foram elaborado dois manuais pela assistência técnica. Um manual prático de contratação de serviços de coleta, transporte e triagem por organizações de catadores de materiais recicláveis, para orientar as associações e cooperativas de catadores sobre os diversos aspectos a serem abordados durante o processo de elaboração e execução do contrato de prestação de serviços em parceria com o poder público municipal, estabelecendo as responsabilidades e as obrigações de todas as partes envolvidas. O manual para elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRS) orienta o processo participativo de elaboração do PGIRS com a participação e inclusão das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Coleta seletiva solidária com inclusão dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis

Uma reivindicação antiga do MNCR é a contratação de catadores pelo poder público para a realização de coleta seletiva, com o pagamento pelo serviço prestado. De acordo com a PNRS, a coleta seletiva deverá ser realizada prioritariamente por associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. As formações, a assistência técnica e o trabalho em rede, durante o projeto Cataforte, fortaleceram as organizações de catadores, além de ampliar parcerias com a sociedade civil, como sindicatos, escolas e universidades, e ainda estimularam parcerias com o poder público, desde a disponibilização de locais para a formação até programas voltados para catadores e a contratação das organizações de catadores para a realização da coleta seletiva. Nos últimos 4 anos, de 2009 a 2012, durante o Projeto Cataforte/RS, houve avanços significativos. Em pelo menos 6 municípios foram estabelecidas parcerias entre prefeituras e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, respectivamente em Gravataí, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Novo Hamburgo, Canoas e Jaguarão, envolvendo 9 cooperativas.

A coleta seletiva solidária com inclusão de catadores de materiais recicláveis traz vários benefícios para os catadores, para os moradores, para o município e para o meio ambiente. Como exemplo de boas práticas na etapa da coleta seletiva e triagem, mencionamos a Cooperativa Cachoeirense de Reciclagem da cidade de Cachoeira do Sul (Cootracar) e a Cooperativa dos Trabalhadores, Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis de Gravataí (Cootrar). Estas cooperativas adotam um sistema de entrepostos de catadores, que realizam a coleta nas ruas. A coleta é feita diariamente com carrinhos de tração humana, veículos de tração animal e caminhões, e em Gravataí também são usados carrinhos de tração elétrica. Estes últimos trazem um grande benefício para a saúde, melhorando as condições da coleta. O modelo porta a porta diminui o volume da coleta de rejeitos. Este modelo estabelece relações de solidariedade entre os catadores e os moradores, assim como entre catadores e instituições, como escolas, lojas e associações de moradores. Nesta relação, os catadores desenvolvem atividades de educação ambiental e orientação sobre reciclagem, aumentando a consciência ambiental e o volume do material reciclável, diminuindo o material que será depositado nos aterros sanitários, aumentando a vida útil dos mesmos. A Cootracar realiza semanalmente campanhas de mobilização da população para a separação de materiais recicláveis, através da conscientização porta a porta. Na Coocare, a campanha é feita através de palestras em escolas, entidades sociais e empresas, além do uso de notas públicas em jornais e divulgação nas rádios locais. Os entrepostos se situam próximo aos locais de maior volume de coleta, por exemplo, perto do centro da cidade ou dentro de condomínios. São equipados com boxes de triagem individual para cada catador, de forma a estimular uma produção maior e mais qualificada. Os boxes são um diferencial em relação ao atravessador, que não vincula o catador ao seu processo produtivo. Neste sistema de coleta porta a porta, o catador de rua tem uma próximidade com a cooperativa, além de desenvolver novas relações de solidariedade e cumplicidade. Consequentemente, os ganhos de organização e os rendimentos econômicos aumentam, garantindo uma renda maior para todos. Os catadores da Coocare ganham em média R$ 500,00 por mês, os catadores da Cootracar ganham em média R$ 800,00 por mês. Desta forma, um número muito maior de catadores individuais começa a participar das organizações coletivas de catadores. Durante o Projeto Cataforte/RS, em torno de 200 catadores foram capacitados em Gravataí. As formações afirmaram a identidade de catador de materiais recicláveis e ajudaram o acesso aos seus direitos enquanto cidadãos e enquanto trabalhadores, além de traçar estratégias para a inclusão no novo modelo de Coleta Seletiva Solidária. No primeiro módulo, a maioria era de catadores individuais; no 6º e último módulo uma grande parte se tornou cooperativada.

No final de 2009, a Cootracar firmou um termo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Gravataí para a realização da coleta seletiva solidária com inclusão dos catadores de rua em 15 bairros. O termo de cooperação visa estabelecer regras e procedimentos de cogestão para o processo de coleta, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis, tendo por base o incentivo à atividade de reciclagem, a preservação ambiental e à geração de renda para os sócios e as sócias da cooperativa. O contrato ainda prevê

o aporte crescente de materiais limpos, segundo metas do plano de coleta seletiva, visando à utilização plena dos recursos materiais disponíveis no galpão, a ampliação dos postos de trabalho e a redução dos volumes de resíduos a serem encaminhados para disposição final[7]. Este contrato possibilitou a participação de um número maior de catadores de rua na prestação de serviços de coleta de materiais recicláveis, assim como uma renda maior para os catadores envolvidos. Na segunda etapa do Projeto Cataforte – Logística Solidária, em 2012, a Cootracar foi beneficiada com 5 caminhões para a constituição da rede de logística solidária, para a articulação produtiva e comercial entre 3 municípios da Região Metropolitana: Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre. Estes caminhões trazem a perspectiva da ampliação da coleta seletiva solidária, além da constituição da rede regional de comercialização.

O contrato entre a Coocare e a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, que tem duração de 5 anos, além do repasse de recursos para a prestação de serviços da coleta seletiva solidária, visa à assistência de saúde, alimentação – através do fornecimento de cestas básicas –, além da divulgação da coleta por parte do poder público. À cooperativa compete coletar e cumprir as metas de 30 toneladas por mês de recicláveis no primeiro ano, em 24 bairros, usar os uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e realizar o emplacamento dos carrinhos. No final de 2012, a Coocare foi beneficiada com um caminhão, através da rede de cooperação solidária do Vale do Rio Pardo, possibilitando a ampliação da coleta seletiva solidária e inclusão de um maior número de catadores.

O primeiro contrato da Cooperativa de Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul (Coomcat) com a Prefeitura Municipal visava à realização da triagem de materiais por parte da cooperativa, enquanto a coleta e transporte dos resíduos para a usina eram obrigações do poder público. A partir da mobilização da Coomcat junto ao Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem de Santa Cruz do Sul, foi assinado um segundo contrato no final de 2012, para a realização da coleta seletiva solidária. A coleta seletiva solidária

7 Termo de Cooperação 012/2009 entre a Prefeitura Municipal de Gravataí e a COOTRACAR, Gravataí, 2009.

visa fortalecer três dimensões: a dimensão ambiental, através do estímulo à reciclagem e a tomada de consciência ecológica; a dimensão econômica, potencializada pela economia de recursos públicos, que são otimizados na perspectiva da eficiência na prestação dos serviços de destino correto dado aos resíduos sólidos urbanos; e a dimensão social, que contribui para a erradicação da miséria e da exclusão social, através da incorporação de novos catadores, da melhoria nas condições de trabalho e da renda. No primeiro mês, 20 catadores participarão da prestação de serviços; após 6 meses, este número aumentará para 40 catadores; e após 9 meses, para 60 catadores. A coleta é realizada por meio de carrinhos manuais e 1 caminhão e após 6 meses está previsto a aquisição de carrinhos elétricos. O objetivo é no futuro ampliar a coleta seletiva solidária para 15 comunidades, beneficiando, desta forma, 19.607 habitantes incorporando 100 catadores. Segundo dados da Coomcat, cada catador coleta, em média, 1.500 kg de materiais recicláveis por mês, totalizando 150.000 kg/mês. A implementação da coleta seletiva solidária previu primeiramente a realização de um mapeamento dos roteiros de coleta. Em seguida, a realização de campanhas de divulgação para a correta separação dos resíduos pelos moradores e sua destinação para os catadores, além da capacitação dos catadores. Dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre) mostram que o custo médio da coleta seletiva em nível nacional é de US$ 221,00 por tonelada, ao considerar a cotação média do dólar nos últimos 6 meses de 2012, em torno de R$ 2,00, obtém-se o preço médio de R$ 442,00 por tonelada[8]. O custo estimado da coleta seletiva solidária realizada pela cooperativa é de R$ 200,00 por tonelada. Portanto, a coleta seletiva solidária representa uma significativa economia aos cofres públicos em Santa Cruz do Sul. Ao mesmo tempo, potencializa a efetivação de ações simultâneas de cidadania e de preservação ambiental, fomentando a integração social, ambiental e comunitária.

A cooperação entre a Cooperativa Aliança de Economia Solidária e Prestadora de Serviços (Cooadesps) e a Prefeitura Municipal de Jaguarão teve como um dos grandes resultados oferecer uma alternativa aos catadores que estavam trabalhando no lixão, além do fechamento do lixão. O contrato prevê o repasse dos recursos necessários para a operação da coleta seletiva e a realização de campanhas de separação de resíduos junto à população pelo poder público. À cooperativa cabe a realização de serviços de coleta seletiva de materiais, a manutenção dos equipamentos e das instalações da cooperativa e a garantia do uso de uniformes e EPI's. O contrato prevê o pagamento de um valor fixo por catador, junto com a venda do material, sendo que a renda média chega em torno de R$ 700,00 por mês.

"Sou catadora há 20 anos, eu trabalhava em cima do lixão, desde que eu participo da cooperativa melhorou tudo, estou catando dentro do galpão, não estou na rua, ninguém rouba, ninguém queima, quando preciso de gás, tem gás." Santa Eva Sampaio, Cooadesps, Jaguarão.

Em Canoas, a coleta seletiva em parceria com o poder público municipal é realizado por quatro cooperativas, respectivamente, a Cooperativa de Reciclagem Amigas Solidárias de Canoas (Cooarlas), a Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem União Faz a Força de Canoas (Coopermag), a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Canoas (Coopcamat) e a Cooperativa de Reciclagem Renascer (Renascer). Cada organização é responsável pela realização da coleta nos bairros da sua área de abrangência. A prefeitura municipal repassa os recursos e realiza campanhas de coleta seletiva. Através do Projeto Cataforte – Logística Solidária, a rede de cooperação solidária foi beneficiada com 4 caminhões para a realização da coleta seletiva, desta forma as cooperativas não precisam mais alugar os caminhões.

A parceria com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo iniciou com a formação de 50 catadores de materiais recicláveis realizado durante o Projeto Cataforte/RS em 2010. A partir desta experiência, a prefeitura iniciou em parceria com o MNCR e com o Projeto Cataforte/RS o Programa Municipal de Gestão Social Catavida. Através do Catavida, 400 catadores foram envolvidos e 203 catadores foram capacitados e receberam o certificado no período de 2010 a 2012. Indiretamente, os benefícios do Catavida abrangem cerca de 1.200 pessoas. O programa visa promover a organização social emancipatória de catadores de materiais

8 Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), Pesquisa Ciclosoft 2008, disponível em http://www.cempre.org.br/ciclosoft_2008.php

recicláveis e sua capacitação, sensibilizar a sociedade sobre o destino correto dos resíduos, valorizar o trabalho de catadores, implementar a coleta seletiva solidária e instalar entrepostos no município de Novo Hamburgo, na perspectiva de empreendimentos produtivos e coletivos, gerando trabalho e renda. Como resultados podem ser mencionados a revitalização da Central de Reciclagem, a implantação da Central de Catadores – Unidade Centro e o projeto piloto da Coleta Seletiva Solidária na área central da cidade e a implantação da Central de Catadores Unidade Vila Odete. Outros resultados são a melhoria das condições de trabalho, a transição da informalidade para o cooperativismo, com a garantia de direitos sociais como a inclusão na previdência social, além da ampliação da renda em torno de 50%. Os catadores participam da Cooperativa de Construção Civil e Limpeza (Coolabore). Em relação ao impacto ambiental, podem ser mencionados a ampliação de material triado e a redução do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário.

Transformação social e mudanças positivas e duradouras

O processo de coleta e triagem de materiais recicláveis contribui para a geração de trabalho e renda de pessoas que se encontram em situação de pobreza e excluídas do setor do trabalho formal. Com a organização dos catadores individuais em associações e cooperativas de economia solidária, estes estão se firmando como atores sociais no processo de governança local em relação à gestão comunitária de resíduos sólidos e principalmente na coleta seletiva solidária. Estas cooperativas trazem justiça social nas relações de produção. Através do reconhecimento e da redistribuição, tentam superar as injustiças sociais e econômicas.

A capilaridade dos catadores como agentes de reversão das embalagens dos produtos consumidos amplia o seu alcance aos materiais recicláveis, aumentando o volume de produção. A reutilização dos resíduos sólidos ajuda a diminuir danos ambientais e a preservar determinados recursos naturais e ainda colabora para solucionar um dos maiores problemas urbanos da atualidade, referente ao destino das sobras do consumo. No entanto, ao mesmo tempo, as cooperativas de catadores têm condições limitadas de estabelecer as regras do jogo e precisam se ajustar aos interesses das grandes empresas, compradoras dos materiais recicláveis triados, principalmente as exigências técnicas e de produtividade[9].

De acordo com o coordenador da Cootracar, Alexandre Camboim, entre os desafios estão a autogestão e o pouco acúmulo de experiência nesta área – de como atender um serviço e ao mesmo tempo cultivar relações baseadas em princípios de cooperação. Outro grande desafio está na inserção no mercado capitalista, onde a cooperativa enfrenta a concorrência com grandes empresas capitalistas muito melhor estruturadas. A falta de capital para investir em equipamentos e instalações é um dos gargalos mencionados.

A experiência do Projeto Cataforte/RS demonstra que é necessário que as cooperativas tenham acesso à formação, assistência técnica, equipamentos, instalações adequadas e capital para poderem competir em um setor onde predomina a lógica do mercado, para poder avançar na qualificação do processo e no beneficiamento, para que o valor adicionado fique com as cooperativas, para a sua redistribuição entre os catadores. Outra questão que fica evidente é que para a ampliação da justiça social e econômica entre os catadores e as catadoras de materiais recicláveis é necessário o avanço de políticas públicas e principalmente a contratação pelas prefeituras de cooperativas de catadores para serviços de coleta seletiva solidária e triagem.

“Ser catador não é ser um lixeiro, é um trabalho digno. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é a minha família. Tudo que a gente conquistou, como o INSS, e outros benefícios que a gente não tinha, foi tudo na união das pessoas. A cooperativa me apoiou muito. Cada um tem seu problema, a gente tenta resolver esses problemas e ajudar uns aos outros, seja financeiramente ou na alimentação, para não deixar a pessoa cair. É o melhor meio de trabalho, para tudo, espero que a sociedade um dia reconhece isso e que a gente pode crescer mais!” Denise Vargas, Cootracar, Gravataí.

9 GONÇALVES-DIAS, S.L.F. Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2009, p. 252-254.

O projeto Cataforte/RS no contexto da questão social da reciclagem

Cristiano Benites Oliveira*
Coordenador Pedagógico do Projeto Cataforte/RS

O presente texto consiste em uma avaliação analítica dos resultados qualitativos dos processos metodológicos iniciados com o Projeto Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Sul (Cataforte/RS). Nesta avaliação serão sistematizados e socializados os elementos fundamentais das aprendizagens metodológicas provenientes dos momentos de formação junto aos catadores realizados pela Fundação Luterana de Diaconia (executora do Cataforte/RS) em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Para realizar esta referida avaliação, primeiramente será analisado o contexto no qual se encontram os catadores e a reciclagem popular realizada por eles, a partir de três âmbitos: o âmbito dos resíduos, o âmbito das organizações produtivas dos catadores (associações e cooperativas), e o dos projetos voltados à inclusão dos catadores. Logo após, será feita uma explanação sobre a os principais elementos da contribuição metodológica do Projeto Cataforte/RS para a mudança desse contexto. E, para concluir, serão vistos os desafios centrais para o enfrentamento às desigualdades intrínsecas ao modelo de reciclagem vigente no Brasil e na construção por um encaminhamento mais justo e solidário à questão social que diz respeito aos catadores de materiais recicláveis.

1. Contexto e situação da reciclagem e dos catadores

A conjuntura da reciclagem popular dos dias de hoje ainda apresenta uma série de dificuldades para os catadores. Tais ad-

* Mestre em Ciências Sociais/PUCRS, doutorando em Ciências Sociais/UNISINOS.

versidades provêm, em grande medida, da forma como os processos produtivos e mercadológicos que envolvem a cadeia de indústrias e de serviços da reciclagem se encontram estruturados. A caracterização desse contexto que correlaciona estrutura e conjuntura é de suma importância para se conseguir avaliar os impactos qualitativos que resultaram das ações e dos investimentos do Projeto Cataforte/RS. Em suma, este exercício de caracterização contextual serve para aprimorar a reflexão sobre as formas de estimar esse tipo de impacto.

1.1 Resíduos e reciclagem

Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE, no Brasil durante o ano 2000 eram coletadas e destinadas 140.080 toneladas de resíduos diariamente. Em 2008, esse número saltou para 188.815 toneladas por dia. Isso quer dizer que a quantidade de resíduos gerada aumentou em pouco mais de 25% em apenas oito anos. Esse crescente volume de resíduos vem preocupando progressivamente tanto gestores públicos quanto setores da sociedade sensíveis aos problemas relativos da má disposição final desses resíduos. Todavia, entender a geração, a coleta e a reciclagem final de resíduos apenas como processos de natureza técnica, cuja única finalidade é apresentar uma solução para a problemática da sua deposição final, é reduzir a compreensão sobre os próprios resíduos. Uma visão desse tipo poderia ser adequada caso os resíduos continuassem a ser encarados como matéria inerte sem valor de uso e sem valor de troca, um passivo ambiental, ou um simples lixo.

Porém, além dos processos produtivos da reciclagem já gerarem historicamente um expressivo excedente econômico, que será visto logo abaixo, com a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) foi regulamentado um mercado de serviços de manejo de resíduos a partir do princípio econômico que preconiza a relação entre gerador-pagador e limpador-recebedor. As oportunidades de negócios vindas desse mercado do "lixo que não é mais lixo" têm mobilizado uma série de empreendimentos interessados nele, que vão desde empreiteiras de prestação de serviços de coleta de resíduos, intermediários comerciais da indústria recicladora, incineradoras e empresas de logística reversa. Contudo, na outra ponta desse mercado de serviços, encontra-se toda uma população histórica que já trabalha há pelo menos meio século com a coleta e destinação de resíduos, trata-se dos catadores de materiais recicláveis. Nessa corrida pela conquista desse mercado, os catadores podem continuar numa situação de marginalidade, dadas as condições desiguais de acesso e destinação dos resíduos recicláveis. Tudo isso é piorado pela discriminação contra esses sujeitos.

Já em quando se trata da dimensão produtiva da reciclagem, no Brasil dos dias atuais, ela consiste em um grande fenômeno produtor de riquezas a partir de uma forma específica de tratamento de resíduos. Em escala internacional, esse tipo de destinação e de tratamento dos resíduos conforma todo um mercado de "lixo", que faz girar uma economia estimada em torno de 267 bilhões de dólares por ano. Somente os serviços com o manejo de resíduos em âmbitos municipais, nos países associados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são avaliados em 120 bilhões de dólares ao ano. Estima-se em âmbito global que os materiais recicláveis movimentem um mercado de 600 milhões de toneladas de matérias-primas recicladas, e mais de 100 bilhões de dólares todos os anos[1]. No Brasil, a reciclagem chega gerar aproximadamente dois bilhões de dólares em divisas anualmente[2]. Desta forma, a destinação e a reciclagem de resíduos podem ser consideradas indústrias de alto valor econômico agregado e com grande potencial de mercado.

Estima-se que os catadores contribuam com a destinação de 90% de todo o material descartado que alimenta a indústria na-

1 PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil 2006. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE, 2006. Disponível em: <http:// www.abrelpe.org.br >.

2 UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers [2011]. Disponível em: <http:// www.unep.org/greeneconomy >, p. 19.

cional de reciclagem[3]. Todavia, os catadores permanecem sendo trabalhadores precários desta indústria, cuja sustentação é viabilizada através da lida cotidiana desses sujeitos. A grande maioria dos catadores encontra-se, de modo tardio, com pouco acesso aos direitos e às garantias relativas ao seu trabalho, a não ser a renda obtida através da venda dos materiais coletados aos intermediários comerciais desta indústria. Esses intermediários controlam importantes etapas do ciclo das cadeias produtivas dos materiais recicláveis pós-consumo[4]. Tais intermediários estabelecem os preços dos materiais a serem pagos aos catadores. Sendo assim, os preços de mercado não são determinados por aqueles que vendem a mercadoria, mas, ao contrário, pelos que a compram. Isso evidencia determinados traços estruturais da formação dos preços pagos aos catadores sobre os materiais coletados e classificados. Estes preços são firmados por um pequeno número de compradores, ou seja, por um "oligopsônio"[5].

3 STREB, Cleci S. e BARBOSA, Sônia R. C. S. Coleta informal de resíduo e reciclagem: suas interfaces com as questões energéticas, sociais e ambientais da modernidade. Trabalho apresentado no GT06: Energia e Meio Ambiente no II Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba, São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004.

4 A primeira etapa do ciclo dos materiais recicláveis após serem consumidos corresponde em grande parte ao trabalho realizado pelos catadores. Nessa etapa, a coleta é realizada utilizando-se geralmente um veiculo de tração humana ("carrinho") ou um veiculo de tração animal ("carroça"). Ao catador cabe um esforço de recorrer aos coletores de resíduos ("lixeiras") ou relacionar-se com a comunidade ou comércio para a obtenção do material e a segregação somente daquilo que será comercializado. Logo após essa etapa os catadores comercializam esse material para um intermediário comercial ("sucateiro" ou "atravessador"). Neste momento, o material é organizado e pesado de acordo com o tipo de classificação de cada material a ser vendido. O catador recebe o valor correspondente à quantidade e à qualidade do material coletado. Em cada intermediário existe uma tabela com o preço de cada tipo de material calculado em quilogramas de modo geral. A segunda etapa envolve o trabalho realizado pelo "atravessador". Ele compra o material solto do catador pagando um preço menor, e revende esse material prensado e enfardado para outro intermediário de maior porte, conhecido como "aparista", por um preço maior. Este intermediário de grande porte pertence à terceira etapa do ciclo, sendo uma espécie de comprador de material dos diversos "sucateiros", que dispõe de um grande espaço físico (depósito) para armazenar os fardos e de alguns caminhões para a logística de transporte. Isso lhe dá a possibilidade de estocar os fardos de material e de revendê-los à pré-indústria de acordo com a demanda desta, obedecendo ao princípio econômico da oferta e da procura (OLIVEIRA, op. cit., p. 18-19).

5 GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Série Economia Solidária, n. 5. Rio de Janeiro, DP&A, Fase, 2003.

O oligopsônio consiste em um formato de mercado dentro do qual existem poucos compradores (chamados de "oligopsonistas") que mantêm relações comerciais com muitos vendedores[6].

Esses dados a cerca das formas como são acumuladas as riquezas produzidas pela reciclagem de resíduos ajudam a demonstrar o quanto os catadores ainda permanecem submetidos às relações de trabalho que representam o paradoxo de uma atividade econômica altamente lucrativa, mas que torna, no entanto, precária a atividade laboral humana. Essa forma de acumulação, que ocorre nas primeiras etapas do ciclo produtivo das cadeias que compõem a reciclagem, reproduz relações de exploração que há tempos eram tidas como superadas na história do mundo do trabalho. Isso faz com que se tornem atuais certas expressões da clássica questão social[7] no âmbito das relações de produção que envolvem os catadores.

Uma das soluções apresentadas para buscar amenizar e até solucionar os impactos da questão social da reciclagem tem sido organizar os catadores em coletivos de produção. Isso como uma forma de conseguir disputar o mercado de produtos e serviços de destinação de recicláveis, e, como consequência dessa ação, poder superar as condições precárias que recobrem o trabalho e a vida dos catadores. Contudo, o isolamento das organizações de catadores e a estruturação oligopsônica desse mercado fazem com que seja imprescindível a construção de políticas públicas para que se possa realmente transformar tais circunstâncias.

Logo a seguir será analisado o âmbito que se refere aos processos de organização dos catadores.

6 O oligopsônio é o inverso do oligopólio, este significa primeiramente uma relação de mercado na qual apenas alguns vendedores fornecem mercadorias para muitos compradores, e aquele diz respeito a uma relação em que muitos vendedores fornecem mercadorias para poucos compradores. Mesmo que o oligopsônio e o oligopólio possam representar relações "imperfeitas" de mercado, os mesmos consistem em relações responsáveis pela concentração de riquezas no interior de diversos ciclos que movimentam cadeias produtivas tais como a da reciclagem.

7 O termo questão social, desde o ponto de vista histórico, está relacionado com o processo desnaturalização das péssimas condições de existência das populações que se tornavam ao mesmo tempo agentes e vítimas da mercantilização de sua força de trabalho a partir da, então, nascente revolução industrial iniciada nos centros urbanos do continente europeu a partir do século XIX.

1.2 Catadores e organizações produtivas

Em se tratando das organizações produtivas da reciclagem de caráter popular, muitas delas agregam trabalhadores de distintas categorias em seus quadros sociais, em função do fato que as políticas de fomento a esses empreendimentos ainda manterem de fora, uma grande maioria de catadores, os quais ainda permanecem desorganizados e relegados à informalidade. Para se ter uma ideia dessa situação, na Pesquisa Nacional do Saneamento Básico (PNSB) foi constatada a existência de 1.175 cooperativas e associações de catadores em todo Brasil, as quais congregavam 30.390 trabalhadores em suas bases. No entanto, segundo os dados do MNCR, aproximadamente 800.000 trabalhadoras e trabalhadores se dedicam às atividades desta cadeia produtiva, distribuídos principalmente nas áreas de coleta, triagem e classificação de materiais recicláveis. Sendo que, um percentual muito grande desses catadores realiza seu trabalho de forma isolada ou em família, nos lixões e ruas dos municípios brasileiros. Tais dados demonstram que somente uma minoria de catadores encontra-se organizada em termos formais.

Em vista disso, pode-se constatar que as políticas de fomento à organização produtiva formal dos catadores não têm sido suficientes para abarcar a maior parte desta categoria. E quando assim o fazem, tais políticas acabam por incentivar a organização de trabalhadores que não possuem trajetória na coleta e na destinação de materiais pós-consumo. Isso pode ser demonstrado a partir dos dados extraídos do Projeto Galpão[8], dentro do qual foram entrevistados 310 trabalhadores em nove galpões de reciclagem de Porto Alegre, e apenas 14% destes já haviam trabalhado anteriormente com resíduos, seja como catadores ou como garis. Todos os demais passaram por diversos tipos de ocupações diferentes que iam desde "músico de boate a pescador". A ausência de experiências laborais na reciclagem e na destinação de resíduos por parte da

8 (MARTINS, Clitia Helena B. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Porto Alegre, RS, Teses FEE n. 5, 2005, p. 98).

maioria absoluta dos trabalhadores dos galpões de reciclagem de Porto Alegre pode estar relacionada à alta rotatividade de ocupação dos postos de trabalho constatada nesses empreendimentos. De modo inverso, é possível averiguar que os catadores que possuem um histórico de experiências de trabalho dentro dessa profissão, ou que se identificam como catadores, se fixam mais em suas organizações produtivas[9]. Dessa forma, as problemáticas relacionadas às políticas de organização dos catadores em não conseguir abarcar a maior parte da categoria e à alta rotatividade de trabalhadores nos empreendimentos dizem respeito a políticas que acabam se distanciando do cotidiano dos catadores, os quais sempre tiveram sua imagem social vinculada aos "excluídos clássicos" da sociedade. Já antecipando o maior dos desafios, apresentado neste contexto, consiste em apontar para a necessidade de serem melhor concebidas, planejadas e executadas as articulações entre o cotidiano desses sujeitos e as políticas e projetos que poderiam fomentá-los econômica e produtivamente.

1.3 Projetos e políticas públicas

Apesar das políticas públicas de destinação de resíduos estarem mais abertas para a inclusão de catadores, a falta de investimento e infraestrutura aliada aos sensos preconceituosos contra os mesmos colocam em risco até mesmo projetos de inclusão e políticas que apontem para a redistribuição de riquezas oriundas da reciclagem de materiais que habitualmente acabavam concentradas nas mãos de poucas empresas que atuam com serviços de coleta e destinação de resíduos. Já no que toca à população em geral, a soma dos fatores: ausência de condições dignas de operação para os catadores, o preconceito e desinformação sobre eles formam uma confluência perversa que privilegia os lobbies dos grandes oligopsônios, os quais disputam esse importante mercado de serviços que afeta a vida e o meio ambiente em que todos convivemos como cidadãos.

9 OLIVEIRA, Cristiano B. A questão social da reciclagem: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGCS-PUCRS. Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka. Rio Grande do Sul, 2010, p. 105-118.

As políticas que visam à inclusão dos catadores em sistemas de gestão de resíduos sólidos, como por exemplo, a política de Coleta Seletiva Solidária (CSS)[10], sofrem com essa disputa de mercado. Por outro lado, projetos de apoio e fomento aos empreendimentos de catadores, em diversas áreas e níveis de governo, são cada vez mais presentes.

A articulação de todos esses projetos em nível federal culminou em 2010 na sanção do Decreto 7.405 que instituiu o Programa Pró-catador com a finalidade de integrar os projetos de governo direcionados às organizações produtivas dos catadores. Neste mesmo ano foi sancionada e regulamentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei n° 12.305/10), cuja inclusão das cooperativas e associações de catadores consta entre os objetivos e os instrumentos desta nova política.

Entretanto, uma série de dificuldades contextuais se interpõe como obstáculo para a efetivação dessas agendas políticas. Sendo que as principais se concentram na estrutura assimétrica do mercado da reciclagem, no isolamento das organizações produtivas de catadores, inclusive em relação aos seus pares, e na não implementação de políticas que garantam direitos aos catadores. Em síntese, esses três dados contextuais inferidos desta análise dos processos estruturais e conjunturais da cadeia produtiva da reciclagem de materiais auxiliam na compreensão das metodologias e dos resultados qualitativos atingidos pelo Projeto Cataforte/RS. Os elementos centrais de sistematização para se visualizar esses resultados serão tratados a seguir.

10 Esta noção está intimamente ligada à inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, enquanto profissionais reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em sistemas de gestão de resíduos sólidos pautados pela solidariedade social, econômica e ambiental possibilitada em conjunto com os catadores, os quais passam a lidar com a coleta de materiais recicláveis descartados por empresas, órgãos públicos e residências, cuja efetividade ocorre a partir da interação cotidiana entre os catadores e todos os demais atores envolvidos nesse processo. Para a realização de uma política de CSS é preciso que a mesma seja operacionalizada através de tecnologias sociais e comunicativas, que valorizam as relações humanas e o desenvolvimento comunitário e territorial em contextos urbanos.

2. Contribuições metodológicas do Projeto Cataforte/RS para a mudança desse contexto

O Projeto Cataforte no Rio Grande do Sul investiu recursos e esforços na consolidação de um processo de formação e mobilização, o qual visa fomentar a autonomia dos catadores frente às determinações dos processos mercantis que reproduzem as desigualdades históricas que caracterizam o contexto da reciclagem. A busca por autonomia desses processos de reprodução por parte dos catadores se reflete nas experiências de organização que trazem a marca do protagonismo desses sujeitos em suas relações produtivas e sociopolíticas. Partindo deste senso autônomo, coube ao Projeto Cataforte/RS proporcionar a experiência necessária para sistematizar e disseminar os conteúdos e as metodologias pautadas pela formação integral dos catadores enquanto atores protagonistas de seus processos de organização e de relacionamento econômico, social e político. A segunda parte deste texto apresenta a forma como essa construção de conhecimento pode ser aplicada enquanto ferramenta política e técnica para a mudança das circunstâncias provenientes desse contexto desigual.

2.1 A formação como fortalecimento de identidade, coordenação e interlocução

Ciente de que as condições de precariedade, constatadas na questão social da reciclagem, não levam automaticamente os catadores a se organizarem com a finalidade de agir coletivamente contra as desigualdades que os assolam, o Projeto Cataforte direcionou seus processos de formação para o fomento de uma interpretação comum dos fatos constituída pelos próprios catadores; e para a constituição e o fortalecimento de uma identidade coletiva. Esses dois elementos possibilitam e facilitam a coordenação interna da organização de reciclagem popular e a interlocução entre os demais grupos de catadores e instituições.

Ambos elementos não encontram-se separados e um complementa e fortalece ao outro. A consolidação de esquemas de referência compartilhados entre os catadores para a obtenção de uma interpretação comum dos fatos pelos eles mesmos permite estabelecer e estreitar comunicações e negociações, bem como realizar outros processos que envolvem a tomada de decisões no interior das organizações. Sendo esse mecanismo de integração que garante a definição e manutenção dos interesses comuns dos próprios catadores.

Ao levar em consideração esses pressupostos, o projeto Cataforte/RS mapeou em seus momentos de formação as expectativas dos catadores em relação ao seu trabalho e a sua vivência cotidiana. Essas expectativas juntamente com as suas experiências estruturam as formas pelas quais eles interpretam a si mesmos e as suas circunstâncias. A expectativa que primeiramente aparece entre os catadores é a que se refere a sua **sobrevivência**, como um dos interesses mais básico que motiva o trabalho dos catadores. A busca cotidiana pela sobrevivência a partir do próprio trabalho representa uma das maiores justificativas dadas pelo catador para o ato de "catar" e destinar à reciclagem os materiais descartados pela sociedade. A conquista do ato de manter-se vivo, independentemente das condições de vida, é um importante fator de motivação para o trabalho de coleta e destino final de materiais recicláveis exercido no dia-a-dia pelos catadores.

O segundo grande interesse dos catadores já organizados ou em fase de organização constatado durante as formações do Cataforte/RS, é a **valorização profissional** por eles almejada. Esse interesse se desenvolve a partir do momento em que os catadores passam a compreender a si mesmos enquanto uma categoria de trabalhadores. Esta forma de compreensão dá um outro sentido à busca pela sobrevivência. O catador passa a entender-se como alguém que tem uma contribuição decisiva para a sociedade, e por isso, deve ser valorizado e integrado a mesma, não apenas para manter uma sobrevida, mas para usufruir do que a sociedade entendo por dignidade e reconhecimento.

E em terceiro lugar, foi constatado que os processos desencadeados a partir da expectativa de valorização profissional são complementados pela expectativa de **conquista de direitos**. Haja vista que os catadores ainda não possuem direitos vinculados ao seu trabalho. Estes trabalhadores desempenham, portan-

to, uma atividade laboral sem os suportes através dos quais lhes sejam assegurados um mínimo de garantias sociais para que se tornem sujeitos de seus próprios destinos. A conquista de direitos representa o estabelecimento de um conjunto de demandas a ser interpretado e traduzido reflexivamente em pautas políticas reivindicativas que apontam para uma mudança da situação social na qual os catadores se encontram.

No entanto, saber seus direitos para por eles poder lutar não é uma tarefa fácil para os catadores, pois os direitos são traduzidos em leis, em códigos jurídicos em grande parte desconhecidos e de difícil acesso à população em geral. Portanto, as formações do Cataforte trabalharam em seus módulos o resgate das expectativas de sobrevivência e de valorização profissional, e como um meio qualificado de obtenção das mesmas, conhecimento das mobilizações e congressos dos catadores que culminaram na conquista de legislações que beneficiam os catadores, mas que muitos deles ainda não têm acesso, ou sequer as conhecem.

O que se quer enfatizar com isso, é o elemento de sistematização que se refere à contribuição das expectativas de sobrevivência, de valorização profissional e de luta por direitos para a formação de esquemas de referência cognitivo comuns aos próprios catadores. Tais esquemas ajudam a constituir quadros interpretativos compartilhados de forma intersubjetiva, os quais capacitam os sujeitos a dizer, por eles próprios, quem são eles frente aos demais, qual é a realidade que os assola e quem são seus aliados e seus adversários em potencial[11]. Ou seja, a consecução e o compartilhamento de tais referenciais comuns é o que ajuda, por seu turno, a consolidar tal identidade coletiva. Além disso, o acionar destes esquemas contribui para estreitar as inter-relações entre os atores que se comunicam, negociam e tomam decisões. Estes esquemas comuns de referência se convertem, assim, em mecanismos de integração, os quais possibilitam a coordenação dos atores em seu agir coletivo.

O fortalecimento da identidade coletiva dos catadores diz

11 SCRIBANO, Adrian. Reflexiones sobre una estrategia metodológica para el análisis de las protestas sociales. Sociologias, Porto Alegre, ano 05, n°. 9, p. 64-104, jan/jun, 2003, p. 80.

respeito a esse processo de construção de uma compreensão comum a esses sujeitos. Por outro lado, em locais onde a identidade coletiva dos catadores é fraca ou depreciada vigora a conhecida "vergonha de ser catador". Esse tipo de não-afirmação identitária é a causa da dificuldade em saber de forma precisa quantos catadores trabalham nessa profissão nos dias atuais. Mas, quando está se falando em processos de organização, esse tipo de falso decoro gera a alta rotatividade no interior dos grupos de catadores. O que afeta as organizações produtivas de três formas diferentes: parece sempre ter que começar do zero quando um catador experiente sai da sua função; o catador que não se identifica ou não gosta do que faz é mais imediatista e seu interesse está mais voltado à obtenção de vantagens individuais em detrimento dos benefícios coletivos; e por último, ele não participa ativamente das instâncias de organização e considera a realização das mesmas como mera perda de tempo. Isso inviabiliza a constituição de sentidos compartilhados de solidariedade e de protagonismo tornando inviável, em médio prazo, a existência da própria organização.

Nesse sentido, além dos processos formais de uma organização, cujas regras e normas compõem um de seus pressupostos básicos, é preciso haver mecanismos para aprimorar a persistência dos catadores, ou seja, um esforço de mobilização cognitiva realizado constantemente pelos mesmos. Tal esforço de mobilização a ser exercido para que os demais membros possam visualizar os mesmos objetivos comuns pode ser associado à noção de alinhamento do quadro interpretativo[12]. Além disso, esse processo de alinhamento do quadro interpretativo tem como finalidade fazer com que os catadores não assimilem a interpretação que os agentes externos realizam sobre os mesmos. Ou seja, tal alinhamento funciona como uma forma para que os catadores consigam ter um grau de independência em relação às interpretações preconceituosas associadas a eles.

Em suma, tal alinhamento consiste em ressignificar as experiências e as expectativas dos catadores através da constituição e fortalecimento do quadro de referência que resgata os proces-

12 TARROW, Sidney. Poder em movimento. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 144.

sos de sobrevivência, de valorização profissional e as possibilidades de conquista e efetivação de direitos. Isso ajuda a fortalecer a identidade coletiva desses sujeitos ao demonstrar a importância do coletivo consubstanciado na ideia do “nós”. Não significa, entretanto, renunciar a individualidade singular de cada catador, mas de não exaltar a ideia de indivíduo em detrimento ao coletivo, fomentando o individualismo, através da superestimação irrefletida da noção do “eu”. Isso porque, a noção de “ego” completamente independente leva a uma valorização dos processos de isolamento tanto em relação aos outros indivíduos, quanto em relação às demais organizações e instituições. Um sujeito completamente isolado não tem condições de sequer sobreviver, tampouco de ser reconhecido e valorizado, muito menos existe a possibilidade de o indivíduo sozinho conquistar e efetivar seus direitos. O indivíduo tem um importante papel na conquista da autonomia dos catadores, porém, somente junto aos demais indivíduos, “conseguiremos ser fortes”!

Muitas dificuldades inerentes à delimitação de um “nós” se deve a não consecução dos objetivos comuns, gerados a partir da constituição e do fortalecimento dos quadros interpretativos. Ou seja, esses quadros ajudam os catadores a perceber os problemas que envolvem os processos de organização. Contudo, só o aprimoramento da percepção não basta. É preciso capacitar os catadores para que eles possam criar oportunidades em seu campo de relações sociais, econômicas e políticas. Para tanto, os catadores precisam lidar com as trocas, regras e dispositivos pelos quais essas relações são estabilizadas e reguladas.

Desse modo, os catadores necessitam construir uma rede de interlocutores pertinentes, quer dizer, mobilizar ou interessar os atores pertinentes para agir com sucesso. Para que uma organização consiga “agarrar”, ou seja, aproveitar as oportunidades é preciso que seja constituída uma rede de interlocutores capazes de agir e obterem os objetivos aos quais se propõem. A partir destes pressupostos pode-se afirmar que os interlocutores com quem os catadores podem contar precisam ser identificados e articulados. Isso é uma preocupação constante do projeto Cataforte/RS, a formação de interlocutores. Para isso, tanto o processo de escolha dos formadores, quanto o processo de articulação de uma rede de apoio para as formações passaram por discussões junto às instâncias do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Sul (MNCR/RS). Nessas reuniões os catadores ponderaram sobre o perfil mais adequado para a atuação enquanto formador e enquanto apoiador das formações. Discutiu-se que o perfil dos formadores não deveria ser de um agente externo contratado para dar aulas e ao final “ir embora e não aparecer nunca mais”. Em consonância com os processos de fortalecimento da identidade coletiva e de alinhamento das interpretações dos catadores foi que o mais legítimo a ser feito seria contratar os próprios catadores como formadores, e articular uma rede de apoiadores das formações, os quais se capacitariam junto aos formadores para se tornarem futuros interlocutores entre as organizações de catadores, e entre as demais instituições envolvidas na regulação das relações sociais, econômicas e políticas envolvidas na reciclagem e na destinação de resíduos.

Também, neste caso, a assistência técnica fornecida por profissionais externos, concomitantemente às formações, procurou consolidar um conhecimento que pudesse ser replicável entre os interlocutores. Caso contrário, é muito comum gerar uma dependência dos catadores com relação aos assistentes e assessores técnicos, em função das diversas carências enfrentadas por este público. Como forma de viabilizar essa replicabilidade de saberes, o Projeto Cataforte/RS desenvolveu em conjunto com seus parceiros de assistência técnica uma série de manuais, cartilhas e dinâmicas, os quais constam como materiais didáticos que possibilitaram acesso por parte dos catadores a esses conhecimentos imprescindíveis para o avanço de suas organizações e de suas redes. Nesse sentido, o Cataforte preocupou-se em consolidar ferramentas de trabalho e de ação politica, social e econômica acessíveis aos interlocutores dos processos de organização da reciclagem popular.

Em suma, o papel dos interlocutores consiste em traduzir as diferentes linguagens constituídas tanto no universo dos catadores, quanto no universo das instituições. São esses processos de tradução que possibilitam a implementação de políticas públicas através da constituição de redes.

2.2 Traduções e redes de politicas públicas

A cadeia de traduções, que se constitui em torno dos sentidos vinculados ao encaminhamento da dimensão social da reciclagem, gira em torno de conjuntos heterogêneos que envolvem catadores, tecnologias, recursos, materiais recicláveis, e diversos atores inseridos de formas diversas em meio às ações organizativas destes conjuntos[13]. Se trata, portanto, de um complexo exercício de "tradução de um modelo de organização social" sendo gestado em meio às relações que configuram a reciclagem nos dias atuais.

As operações de tradução transformam, portanto, questões técnicas em questões políticas e vice-versa. No fundo estas operações se convertem em "operações de persuasão"[14] ao mobilizar uma ampla gama de pessoas e elementos diversos. Este tipo de tradução com um sentido persuasivo pode ser concebida como uma "tradução estruturante" efetivada para que um determinado conjunto heterogêneo de atores e elementos possam "modelar-se a outro", ou seja, sejam persuadidos a estruturarem-se de maneira similar.

Dessa forma, as delimitações e as fronteiras entre os atores é alterada pela negociação e pela mobilização destes conjuntos para a conformação de "extraordinários conglomerados". Esses conglomerados constituem, assim, outras formas de organização dentro das quais os conjuntos heterogêneos de elementos até então não relacionados passam a compartilhar uma referência comum. Quando estes conjuntos de elementos são postos em relação por meio de negociações entre as diferentes organizações é possibilitada uma articulação realizada como forma de efetivação de um sentido compartilhado.

Os conjuntos de elementos heterogêneos formados entre catadores, resíduos, tecnologias, recursos, projetos e números são negociados entre os atores através de um processo tradução. Estas relações estabelecidas são de fato o que vem estruturando

13 BOTTI, Hope F. A marca reflexiva nos estudos organizativos. In: MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, p. 119-140, 2005, p. 125.

14 LATOUR, Bruno. La esperanza de Pandora: ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001, p. 120.

a implementação de uma política de CSS em cidades como Gravataí, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Jaguarão e Cachoeira do Sul. Entretanto, tais processos relacionais não se restringem apenas a esses municípios, pois geram referenciais para a interlocução e para articulação dos catadores junto a outros atores de outros municípios.

As formas de interlocução entre os atores sociais representam, portanto, um modo de articulação reflexiva entre sujeitos coletivos, os quais se envolvem em relações de interdependência de modo recíproco e complexo para compartilhar sentidos, recursos e gerenciar conflitos e dilemas envolvidos nesses contextos de ação[15]. Entre os nexos trabalhados no Projeto Cataforte/RS que possibilitam a articulação entre os catadores e certos atores e instituições está o processo de tradução do sentido de solidariedade política no contexto da questão social da reciclagem, cujo pressuposto é a integração de modo politizado desta diversidade refletida e tematizada simbolicamente enquanto um conjunto de sentidos que dizem respeito a um modo efetivo de encaminhamento desta problemática social.

Há, no entanto, um constante risco das ações e dos enquadramentos interpretativos feitos pelos catadores serem reduzidos de forma irrefletida aos processos relacionais de mercado tipicamente causadoras dos problemas inscritos nesta questão social, vistos anteriormente. Tais processos são incapazes de identificar e satisfazer as demandas provenientes da realidade cotidiana dos catadores. Entretanto, a articulação em rede pode ser consolidada a partir do questionamento e da capacidade de mudança destes mesmos processos, o que torna possível a articulação reflexiva de diferentes atores em um mesmo ambiente relacional. Deste modo, estas redes sociopolíticas podem ser definidas como estruturas híbridas que misturam distintos processos de coordenação tanto burocráticos, como mercantis passando por comunitários, até corporativos. Todas essas dinâmicas processuais quando articuladas em rede logo podem se tornar contraditórias e conflitivas.

15 FERREIRA, Silvia. A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação. Ciências Sociais Unisinos, v. 44, no. 1, p. 28-38, 2008, p. 33.

No entanto, as conflitualidades estabelecidas no interior de uma articulação sociopolítica não podem ser encaradas como algo negativo. Muito antes pelo contrário, a existência de conflitos contribui para a constituição de espaços onde a homogeneidade não é imposta aos diferentes atores. Nestes espaços, o conflito deve ser legitimado como uma condição para que seja instaurado o exercício do direito à diversidade[16]. Em tal contexto, o conflito exercido nos ambientes de relação das redes é o que pode garantir a constituição de ambientes plurais de participação, a redefinição dos espaços democráticos e consequentemente para a reapropriação do sentido político que tomam as relações e os processos sociais em benefício dos catadores.

Em síntese, a articulação de rede se refere a um processo de compartilhamento de sentido, cuja construção ocorre de modo heterogêneo entre os diversos atores. Nesse sentido, o termo rede se refere a um ambiente de relações no qual não há imposições assimétricas de significados, mas o seu compartilhamento de modo o mais horizontal e descentralizado possível. Diferentemente das estruturas tradicionais de verticalização do mercado e da burocracia centralizadora do Estado, esse outro modo de relacionamento caminha na contramão dos processos de concentração de riquezas e de centralização do poder político. Fomentar, constituir e fortalecer essa outra forma de articulação representa o maior dos desafios a ser enfrentado pelo Cataforte/RS pelos demais projetos e políticas estabelecidos entre os catadores e as instituições.

3. Principais desafios: construção de redes e esferas públicas

Para conclusão deste texto de sistematização metodológica do Projeto Cataforte/RS é preciso destacar que o principal desafio para ser enfrentado consiste em formar, capacitar e qualificar os catadores para se oporem a todos os fatores que

16 GUIZARDI, Francini L.; PINHEIRO, Roseni. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, n.11, v. 3, p. 797-805, 2006, p. 798.

impedem a articulação de redes entre os atores. articulações que são inviabilizadas por fatores que remetem às assimetrias e desigualdades nos mesmos termos em que se estabelecem no contexto da referida questão social, tais como as assimetrias das relações entre o capital e o trabalho, e a subordinação da rede ao aparelho estatal e aos seus objetivos em detrimento dos objetivos dos atores. Em tal contexto, o conflito exercido nos ambientes de relação das redes é o que pode garantir a constituição de ambientes plurais de participação, a redefinição dos espaços democráticos e consequentemente para a reapropriação do sentido político que tomam as relações e os processos sociais.

Neste sentido, ao colaborar para que as expressões desta questão social tenham um tratamento político, por meio do exercício de relações de conflito, os catadores organizados também contribuem para a construção e qualificação de dinâmicas participativas. Tais dinâmicas ajudam a fortalecer os sentidos de solidariedade política aplicados na construção de redes entre os diferentes atores como forma de dissipar a opacidade e o obscurecimento dos catadores como sujeitos coletivos protagonistas de suas ações no marco das articulações que visam o encaminhamento efetivo desta questão social.

Pautado pelo fomento à constituição de relações políticas solidárias, como meio de mudança do contexto de desigualdade enfrentado pelos catadores, o Projeto Cataforte/RS deixa a contribuição de qualificar os catadores do RS em suas participações na construção de esferas públicas como a consolidação de Fóruns de Ação pela Coleta Seletiva Solidária (FACS), e na participação nas audiências públicas dos Planos de Resíduos Sólidos da PNRS em níveis federais, estadual e municipais. Desse modo, a articulação de redes resulta em canais comunicativos capazes de levar a realidade cotidiana dos catadores até às instituições governamentais capazes de pautar as agendas políticas que visam à inclusão dos catadores ao lhes proporcionar condições mais simétricas de inserção neste mercado, como uma forma de redistribuição das riquezas oriundas dos resíduos sólidos, que progressivamente deixam de ser “lixo”.

4. Considerações finais

O principal problema enfrentado pelas organizações de catadores não é a falta de alternativas para as condições precárias de trabalho e de vida que os assolam. É, antes de tudo, uma forma de pensar e conceber os catadores de forma isolada em seus grupos de produção. Essa forma de visualização das problemáticas que envolvem os catadores é o que impede que existam alternativas concretas para consecução de equações adequadas para que os próprios catadores superem suas más condições de vida e de trabalho.

Como forma de contribuir de forma decisiva nesse quadro, é que o Projeto Cataforte/RS procurou constituir um marco de articulação produtiva, social e política dos catadores de materiais recicláveis através da formação, mobilização e da assistência técnica. Essa referência traz em seu bojo a possibilidade concreta de superação do isolamento dos catadores e das suas organizações produtivas, as quais estão submetidas até os dias atuais.

Baseado no tripé metodológico – coordenação, interlocução e tradução – através do estabelecimento de interpretações de sentido compartilhado e de fortalecimento da identidade coletiva dos catadores. A execução do Cataforte/RS possibilitou pensar atuação econômica, social e política dos catadores de forma integrada e complexa, fazendo jus ao conceito de rede trabalhado neste projeto. Essa outra forma de conceber a atuação cotidiana dos catadores aponta caminhos e estratégias concretas e viáveis para um futuro sustentável.

Para a efetividade dos processos de formação e assistência técnica aos catadores, é preciso apropriar-se desses passos metodológicos como um guia para novas ações direcionadas ao fortalecimento da autonomia e da autogestão dos processos protagonizados pelos catadores organizados ou em processo de organização. A FLD, enquanto executora do Cataforte/RS, se compromete na efetivação desta metodologia como parte de sua própria estratégia organizacional para o alcance de seus objetivos e para a realização de sua missão. Para, com isso, poder contribuir e tonar possível a existência de novas relações sociais pautadas pela justiça econômica e ambiental.

É preciso conquistar mais dignidade, para muita gente

Maria Tugira da Silva Cardoso mora na cidade de Uruguaiana e trabalha como catadora no lixão há quase 30 anos. Junto com ela, integrantes das 75 famílias da associação local de catadores e cerca de 200 pessoas "itinerantes", que catam por falta de emprego, buscam ali o seu sustento. A produção de arroz e de gado, que sustentam a economia da região, só garante trabalho por poucos meses. "As pessoas têm família, tem conta de água, conta de luz para pagar, e aparecem ali para conseguir algum dinheiro", contou Tugira.

Ela integra o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) desde a sua criação, em 2001. Atualmente é uma das lideranças e representa o MNCR em vários eventos e iniciativas e foi uma das formadoras no projeto Cataforte.

"O MNCR ensinou muita coisa, pois eu e todas as pessoas que vivem no lixão pensavam que existia só o lixo, era um círculo vicioso que a gente vivia. Quando comecei a sair, aprendi muitas lições, conheci meus direitos e fiz as lutas pelos direitos dos catadores. Voltei para o lixão bem mais esclarecida e pude levar esclarecimento aos catadores e catadoras que estavam lá. Foi assim que conseguimos fundar nossa associação, que existe de fato e de direito, só não tem o espaço físico ainda para a gente desempenhar nossas funções com mais dignidade.

O trabalho, mesmo no lixão, é digno. O que é desumano e indigno são as condições nas quais trabalhamos. A gente tem um barraco ali, pois não podemos deixar o material sozinho – hoje em dia, com o problema das drogas, muita coisa nossa já foi roubada.

Ficamos ali uma semana inteira, às vezes até 15 dias, catando material. Depois que conseguimos vender, vamos para casa e ficamos por dois ou três dias. Minha casa fica a seis quilômetros.

A maioria mora mais longe. A gente vai e volta de carroça, e pra também não ficar judiando o cavalo, fica mais tempo lá e de vez em quando vai pra casa.

O lixão em Uruguaiana já trocou duas vezes de local. O atual não tem mais vida útil e o nosso destino não sabemos ao certo, quando fecharem aqui. A prefeitura também está pensando na industrialização do lixo, o que vai nos deixar numa situação de não ter mais trabalho.

Mas entre tudo isso, o projeto Cataforte, desenvolvido também através da Fundação (Luterana de Diaconia), só veio nos trazer benefícios. Através dele conseguimos avançar muito, não tanto financeiramente, mas avançar em conhecimento, em experiência de vida. Muitas pessoas conseguiram ser resgatadas através do Cataforte. As formações atenderam 120

famílias, que não tinham conhecimento de muitas leis, estavam naquela mesmice de trabalho no lixão, não sabiam nem como tirar seus documentos, não tinham preocupação com higiene, enfim, não tinham preocupação com a sua vida.

O Cataforte veio fazer uma transformação. Já estamos colhendo estes frutos, os encontros de formação abriram as ideias das pessoas, que hoje procuram colocar seus filhos na escola, tem documentos, mantêm suas casas melhor organizadas. As pessoas estão mais organizadas.

Acredito que as pessoas tinham esse jeito, eu também – e muitas ainda têm – por falta de oportunidade de conhecimento. Agora, participamos de muitos eventos, no lançamento da Cadeia Binacional do PET, na formatura do Caforte I, em Gravataí, e formatura do Cataforte II, em Santa Cruz do Sul, e em muitos outros. Estes eventos nos trazem mais conhecimentos, de que a vida fora do lixão é possível e que a gente tem capacidade de ter outro tipo de vida.

O que queremos é promover a vida, que é a coisa mais importante, de ser respeitado e respeitada, ter conhecimento dos nossos direitos. Precisamos conquistar mais dignidade, para os catadores e catadoras e para muita outra gente."

Cataforte, a consciência da conquista dos direitos

Fagner Antônio Jandrey
Coordenador da Cooperativa de Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul | Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

A experiência do Comitê Malvina Tavares

"Existem três tipos de pessoas infelizes: as que não sabem e não perguntam, as que sabem e não ensinam e as que ensinam e não praticam" Buda

Muitas pessoas ainda não se vêem como semelhantes, nem querem ver o que produzimos para destruir nosso próprio habitat.

Estamos na região dos Vales (do Rio Pardo, Jacuí centro e Taquari), no sul deste país continente e multicultural chamado Brasil. Aqui, os catadores e catadoras, ainda invisíveis, começam a consolidar sua identidade através de muita luta, organização e construção do conhecimento coletivo.

Atores na sociedade, historicamente prestam um cuidado à Mãe Natureza, enfrentando chuva, sol e preconceito para levar o pão de cada dia para suas casas, barracos ou mesmo ruas.

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis e sonhos vêm escrevendo sua história, unidos sob a bandeira verde de esperança do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Hoje, na região dos Vales, estamos organizados em cinco empreendimentos autogestionários, nas cidades de Encruzilhada do Sul (Coomcreal), Rio Pardo (Coocamarp), Cachoeira do Sul (Coocari), Santa Cruz do Sul (Coomcat) e Lajeado (Sepé Tiaraju).

Durante os últimos anos, viemos experienciando significativos avanços em nossos processos, tanto pessoais quanto coletivos. Através do projeto de mobilização e formação nacional Cataforte, foi possível juntar, em um mesmo espaço, os pioneiros da organização desta categoria, como também os catadores e as catadoras que ainda estão em processo de organização. Nesta região, cerca de 300 pessoas participaram dos módulos de fortalecimento do cooperativismo e associativismo proporcionado

pelo Cataforte, através da formação de catador/a para catador/a.

A mobilização para dar início ao projeto foi promovida pelo Comitê Regional do MNCR, que tem o nome de Malvina Tavares, em homenagem à professora e lutadora em favor da solidariedade e da justiça social no século XIX. O comitê desenvolve suas atividades desde 2003.

Um dos primeiros passos foi identificar quem participaria como formador/a da região, compondo a equipe estadual de formadores. Os selecionados, vinculados ao MNCR, por sua vez, participaram de diversas formações, criando um "sistema de catador/a para catador/a".

A ferramenta, o sonho e a prática

O MNCR, através de sua história, vem se consolidando como importante ferramenta de reconhecimento e valorização da categoria. Traz na sua essência o anseio de justiça social e liberdade para todos os catadores do mundo. O preconceito existente na nossa sociedade faz com que estes sejam confundidos com o próprio resíduo do qual tiram seu sustento. O MNCR mostra que os catadores são seres humanos, com um papel para a preservação ambiental e para a saúde da coletividade. Em seguida, vai colocando em contato o desorganizado com o organizado, chamando para o círculo aqueles que andavam dispersos e enfraquecidos e construindo diálogos e lutas por melhores dias.

O Cataforte é um resultado deste diálogo e desta luta, que só foi possível ser concretizado através desta ferramenta de luta e organização chamada MNCR. O processo faz com que as pessoas voltem a se ver como seres capazes, que podem sim buscar os seus sonhos. O processo é parte de um despertar e de uma construção lenta e difícil chamada emancipação que, antes de mais nada, começa na mentalidade de cada um, para tomar forças nas ruas, nos galpões, nas formações etc. Esta busca tem resultado em verdadeiras transformações nas pessoas, fazendo com que muitos e muitas parem de somente lamentarem por si próprios, mas tomem iniciativa de buscar soluções. Neste aprendizado mútuo e de autotransformação, segue-se construindo o futuro a alargando os horizontes. A partir do momento em que eu me identifico com o outro, descubro que posso lutar contra a exploração, o preconceito e a dominação, descubro que posso me capacitar e ampliar nossas tecnologias, para que elas sirvam para o bem comum, e que devo ser solidário na minha prática cotidiana para receber o mesmo tratamento em troca. Reajo na medida em que posso ser verdadeiro comigo.

A importância das parcerias

Este processo de troca e construção do conhecimento só se tornou possível através das parcerias estabelecidas em nível nacional, estadual e em cada localidade onde a formação aconteceu. Nacionalmente o Cataforte teve uma série de parceiros do Governo Federal, e aqui no Rio Grande do Sul a parceria se estendeu com a participação da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), que, além de executora do projeto, é grande parceira dos catadores e catadoras.

Solucionamos algumas limitações do projeto com parcerias por meio da ajuda de escolas, centros comunitários, igrejas, universidades, entre outros, que cederam os espaços para abrigar as formações. Outro importante apoio foram as pessoas que se dispuseram a ajudar no cuidado com as crianças, na preparação do alimento, nos materiais de apoio, no transporte, entre outras tantas pequenas grandes tarefas.

Nestas relações de apoio mútuo surgiram atividades marcantes. Uma delas foi o intercâmbio com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc/RS), que estava realizando uma pós-graduação em Educação Biocêntrica e participou de um dia de formação do Cataforte. Na metade da manhã foi aplicado o conteúdo do Cataforte e à tarde, o de Educação Biocêntrica. O resultado desta experiência foi maravilhoso: o dia, que havia sido muito o dia, terminou com um desfile da escola de samba criada pelos alunos e pelos formadores – uma experiência que ficou na memória e no coração de todos os presentes.

Outra iniciativa de sucesso foi a criação de esferas públicas para debater a questão dos resíduos sólidos, com a participação dos principais envolvidos nesta cadeia produtiva. Em 2009, foi criado em Santa Cruz do Sul o Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem de Santa Cruz (Facs) e, em 2010, em Cachoeira do Sul, o Fórum pela Coleta Seletiva Solidária. Os dois foram importantes espaços de articulação entre as entidades que apoiam o desenvolvimento da Gestão integrada dos resíduos sólidos, com a inclusão dos catadores como protagonistas deste processo.

Em Cachoeira do Sul, esta articulação resultou na contratação da Coocari para realizar a coleta seletiva no município. Em Santa Cruz do Sul, a mobilização da sociedade civil fez com que a gestão da Usina Municipal de Triagem passasse à Coomcat e recentemente se iniciou a Coleta Seletiva Solidária, os dois contratados pela Prefeitura Municipal.

Estas experiências de uma coalizão integrada por distintas entidades, em torno de um mesmo tema, têm se demonstrado um instrumento eficiente de superação do preconceito contra a classe catadora e de conquista de políticas públicas. A partir destes espaços também estão se constituindo parcerias entre universidades, além das parcerias com empresas e prefeituras, como é o caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), a Unisc, a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), entre outras. No caso da Unisc, esta criou um projeto de extensão com a Coomcat, onde diversas áreas do conhecimento confluem para o fortalecimento do empreendimento social. Este ano, o projeto será estendido para toda a região.

Consequências

Este processo de integração, também via o Cataforte I e II, que fez com que os grupos ganhassem maior visibilidade em seus municípios, foi fundamental para o reconhecimento do trabalho e da dignidade dos catadores. Em termos técnicos, as consultorias e a capacitação sobre logística, viabilizadas pelo projeto Cataforte, permitiu que as organizações negociassem de forma mais concreta os contratos com as prefeituras.

Antes da formação existia um sentimento de que os catadores e as catadoras deveriam ser remunerados pelo serviço prestado, mas após receber a formação foi possível elaborar projetos de coleta seletiva solidária, com planos de roteiro, planilha de custos etc. Isso significou um avanço na profissionalização dos empreendimentos, auxiliando na valorização do serviço prestado, com base em dados reais. Muitos grupos que ainda não possuem estes conhecimentos, acabam muitas vezes pagando para trabalhar.

Outro fator relevante, culturalmente falando, é a contribuição que este empoderamento gera, na superação do “coitadismo”, de que os catadores e as catadoras devem ser alvo apenas de políticas assistencialistas e que não têm potencial de organização.

Este processo vem contribuindo na evolução e aprimoramento dos grupos bem como contribuído para o fortalecimento das políticas públicas de inclusão socioeconômicas dos catadores de materiais recicláveis na região e no estado.

Conquistas e desafios

A senda aberta pelos integrantes do Comitê Malvina Tavares na região demonstra que é possível buscar avanços, mesmo numa realidade tão injusta e desigual. Além da conquista da sua própria consciência, do rompimento do medo e da necessidade de lutar pelos direitos, aconteceram muitos ganhos materiais, conforme é possível ver a seguir.

Rede Catapampa

Através do Cataforte II, as cooperativas vinculadas ao CMT foram beneficiadas com a aquisição de 5 caminhões, para a realização da coleta seletiva nas cidades, e um que está realizando a comercialização conjunta. Institui-se a Rede de Comercialização e Indus-

trialização de Materiais Recicláveis dos Vales (Catapampa), onde os grupos não se limitam mais a venderem seus materiais para os atravessadores (intermediários) que exploram economicamente as cooperativas. O resultado é o incremento da renda pela venda direta para outros elos da cadeia produtiva da reciclagem.

Coleta seletiva solidária

Em Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Encruzilhada do Sul já existe a coleta realizada pelos próprios catadores e catadoras; em Rio Pardo está se negociando o contrato após a chegada do caminhão e Lajeado caminha para o mesmo destino. Este modelo de coleta tem se mostrado muito mais eficiente do que o realizado por empresas privadas, em termos de quantidade de materiais coletadas e em termos de redistribuição de riqueza, uma vez que gera muitos postos de trabalho. Sem falar no intrínseco cuidado a natureza.

Cadeia Solidária Binacional do Pet

Consiste no controle de uma cadeia produtiva por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, desde a coleta e beneficiamento até o produto final. Santa Cruz do Sul sediará o primeiro polo regional, onde será feito o beneficiamento das garrafas pet vindas das cooperativas e associações de catadores. Em seguida, este material (flake) será enviado para uma empresa recuperada do Uruguai (Coopima), onde será feito a fibra do tecido. O próximo elo será o da Coopertextil, também empresa gerida pelos trabalhadores, em Minas Gerais, que fará o tecido, posteriormente será encaminhado para as cooperativas de costureiras para fazerem o produto final, como sacolas retornáveis tênis etc.

Por se tratar de toda uma cadeia gerida pelos trabalhadores, proporciona uma possibilidade histórica de os produtores definirem os rumos de seus empreendimentos, além da divisão da riqueza entre os elos da cadeia. O projeto conta também com capacitação, e intercâmbio entre os grupos, para afinar os detalhes operacionais e produtivos. O financiamento fica a cargo dos governos federais do Brasil e do Uruguai, além dos governos estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Conta também com apoio de universidades e entidades de apoio locais.

Articulação e organização

Também está em curso o projeto de articulação e formação dos catadores e das catadoras que ainda se encontram em situação de desorganização. O projeto é uma parceria entre o MNCR e o MTE/Senaes, e prevê a criação de um processo de formação e de inclusão produtiva daqueles que ainda não tiveram esta oportunidade. Além disso, está prevista a construção de um Centro de Referência Regional dos Catadores(as) dos Vales, que possibilitará o desenvolvimento de instrumentos de socialização de conhecimentos e tecnologias voltadas para o fortalecimento dos empreendimentos autogestionários dos catadores e catadoras da região e do Rio Grande do Sul.

Todas as conquistas vêm acompanhadas de desafios, e só terão êxito se estiverem alicerçadas em políticas públicas de reconhecimento e valorização dos catadores, com investimentos em infraestrutura e contratação para a prestação de serviços de gestão dos resíduos sólidos. Os projetos só têm consequência prática quando ligados à vontade política.

As cooperativas de catadores e de catadoras não podem ser comparadas com as empresas privadas. E a dívida histórica e social só será reparada a partir de um processo de longo prazo, que precisa de passos firmes e responsáveis – que os catadores, apoiadores e poder público já mostraram dispostos a trilhar.

Para fortalecer todas as vitórias obtidas até agora, um grande desafio é o de questionar e combater a opção da incineração. Além de causar o desaparecimento de centenas, senão milhares, de postos de trabalho e acabar com a subsistência de milhares de famílias, a incineração, comprovadamente, é altamente poluente e causa danos graves ao meio ambiente e à saúde.

Esta luta contra a incineração é de todos os cidadãos e cidadãs que defendem a natureza, a justiça social e o bem comum.

Pela força de muitas mãos e corações esta história segue dia após dia, buscando a justiça e a liberdade, contra aquelas pessoas que querem acabar com sonhos de emancipação. O caminhar destas experiências se soma a um novo despertar daqueles que reescrevem sua história, protagonizando a consciência da conquista dos seus direitos.

O projeto trouxe alegria e esperança de uma vida melhor

Graziela Soares de Mello atua como coordenadora geral da Rede de Comercialização de Materiais Recicláveis dos Vales – Catapampa –, que integra os municípios de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Cachoeira do Sul e Lajeado, com a previsão de incluir proximamente o município de Vera Cruz. Sua base de trabalho é a cidade de Santa Cruz do Sul, onde a Prefeitura Municipal contratou a Cooperativa dos Catadores e Recicladores (Coomcat) para gerenciar a usina de reciclagem e adotou a coleta seletiva, que também será feita pelos catadores - “uma enorme vitória”, disse.

Graziela também está ligada ao comitê Malvina Tavares, que faz o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) funcionar na região, organizando as bases e buscando novos grupos e novas lideranças que desejam associar-se ao MNCR. No Cataforte, Graziela assumiu a função de formar um centro de referência de organização para todos os catadores do Brasil.

“O Cataforte, com toda certeza, transformou muitas coisas e continua transformando diariamente. Permitiu a formação das pessoas nas bases e, além do conhecimento técnico, teve resultados que não são medidos, como o aumento da autoestima e a descoberta do papel de cidadãos e cidadãs. A chegada dos caminhões também foi uma grande conquista, permitindo prestar serviços de coleta seletiva solidária para o município e também eliminar os atravessadores. A divisão do retorno financeiro entre os cooperados aumentou.

O projeto trouxe alegria e esperança de uma vida melhor e mais digna. Queremos mostrar que somos catadores e catadoras com orgulho, com amor... que nos realizamos com tudo o que fizemos e que somos exemplo de um mundo mais justo e sustentável.”

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES
MNCR

CATAFORTE

Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo
dos Catadores de Materiais Recicláveis

OIKOS EDITORA

Brot für die Welt

FLD

actaliança

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
Rio Grande do Sul

BNDES

PROGRAMA PETROBRAS DESENVOLVIMENTO & CIDADANIA

BR PETROBRAS

FUNDAÇÃO

Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ISBN 978-85-7843-306-2